

MARIA DERISE FIREMAN

**O TRABALHO DO PEDAGOGO NA
INSTITUIÇÃO NÃO ESCOLAR**

MACEIÓ - 2006

MARIA DERISE FIREMAN

**O TRABALHO DO PEDAGOGO NA
INSTITUIÇÃO NÃO ESCOLAR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, linha de pesquisa Magistério e Formação de Professores, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria do Socorro Aguiar Oliveira Cavalcante.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MACEIÓ - 2006

BANCA EXAMINADORA

M. S. Cavalcante

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante
Universidade Federal de Alagoas
orientadora

Maria das Graças Medeiros Tavares

Prof^ª. Dr^ª. Maria das Graças Medeiros Tavares
Universidade Federal de Alagoas
Examinador

M. G. Brandão Kullo

Prof^ª. Dr^ª. Máisa Gomes Brandão Kullo
Universidade Federal de Alagoas
Examinador

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Gama Florêncio
Universidade Federal de Alagoas
Examinador

Data de Aprovação: 26 de Junho de 2006

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que sempre me ensinaram sólidos valores humanos, me incentivaram aos estudos e a conquistar com dignidade e trabalho os objetivos de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, pela força para que eu superasse todas as tempestades que surgiram na caminhada desse trabalho e pela FAMÍLIA que me deu, pois foi ela a base sólida e incentivadora na minha busca por conhecimento e crescimento profissional.

Àqueles que tive o prazer de conhecer durante a pesquisa, com colocações lúcidas e verdadeiras, sem as quais não seria possível a consecução desse trabalho.

Agradeço carinhosamente a minha orientadora SOCORRO por seu jeito meigo e extrema lucidez, ao me fornecer a força e o rumo dessa dissertação.

A amiga MORENA, que foi uma incentivadora e crítica na medida certa para a realização dessa dissertação.

Aos AMIGOS que suportaram meu inconstante estado de espírito e falta de tempo para compartilhar dos alegres momentos.

Aos COLEGAS E PROFESSORES do Mestrado, pela solidariedade.

Às vezes parecia que era só improvisar
E o mundo então seria um livro aberto
Até chegar o dia em que tentamos ter demais
Vendendo fácil o que não tinha preço.

Legião Urbana: Dado Villa Lobo,
Renato Russo e Marcelo Bonfá.

RESUMO

Nesse trabalho é apresentada a trajetória histórica do curso de Pedagogia, as mudanças de enfoque sofridas por ele através das legislações e as propostas do movimento dos educadores em busca da construção do seu objetivo, perfil e identidade como um curso, *locus* de formação dos profissionais da educação. O nosso objetivo ao fazer esse percurso, é refletir sobre a formação do pedagogo, sua atuação fora da instituição escolar e mostrar que, mediante a mudança sociopolítica e econômica que vem sofrendo a sociedade atual, existem vários campos de atuação do pedagogo fora da instituição escolar. Para isso foi realizado um estudo bibliográfico através de autores como Libâneo, Pimenta, Silva, Brzezinski, Chagas, Drucker entre outros, documentos legais como Pareceres e Resoluções e propostas encaminhadas ao CNE para definição do curso de Pedagogia. Realizamos uma pesquisa de campo com o objetivo de buscar o pedagogo nos seus vários campos de atuação fora da escola, o trabalho desenvolvido por eles e percebemos que a sua formação não lhes fornece conhecimento e segurança para desenvolver as atividades que lhes são exigidas nesse segmento profissional. Daí ser necessária uma formação mais coerente com as necessidades de atuação desse profissional, um delineamento nessa formação e campo de atuação para além da educação formal que lhes dê condições de se posicionar no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Pedagogia, formação do pedagogo, mercado de trabalho.

ABSTRACT

This work presents the historic trajectory of the pedagogy course, the changes of approach suffered by it through the legislations and the proposals of the educators' movement in search of the construction of its objective, the profile and identity as a course, locus of formation of professionals in education. Our objective doing this passage is to reflect about the pedagogue formation, its performance outside the school and to show that, by means of the social, political and economic changes that the current society is suffering, there are many performances fields for pedagogues outside the school. Was realized for this a bibliographic study though the authors as Libâneo, Pimenta, Silva, Brzezinski, Chagas, Drucker and others, legal documents and proposals directed to CNE for the definition of the Pedagogy course. It was realized a field research whose objective was to search the pedagogue in others spheres of activities outside the school, the job developed by them and we perceived that its formation doesn't guarantee knowledge and security to develop the activities that are demanded in this professional segment. That's why it is necessary a coherent formation with the necessities of the performance of this professional, a delineation of this process of forming educators and performance field that gives to them conditions to locate themselves on the work market.

Key words: pedagogy, pedagogue's formation and work market.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I	
O percurso histórico do curso de Pedagogia no Brasil.....	19
1.1. A criação do curso de Pedagogia.....	20
1.2. O curso de Pedagogia a partir das suas legislações.....	26
1.3. Discussões sobre o curso de Pedagogia.....	40
CAPÍTULO II	
Formação e atuação do pedagogo.....	49
2.1. O pedagogo na educação formal.....	57
2.2. O Pedagogo na educação não-formal.....	64
2.3 A contribuição do pedagogo em espaços não-formais.....	71
2.4 A formação do pedagogo a partir da Diretrizes Curriculares Nacionais.....	78
CAPÍTULO III	
A atuação do pedagogo em espaços não formais: análise das informações.....	78
3.1. Caminhos da investigação	83
3.2. Os sujeitos da pesquisa.....	88
3.3. Sistematização do questionário.....	89
3.4. Razões das instituições para contratar pedagogos.....	101
3.5. Algumas constatações.....	102
Considerações finais.....	105
Referências Bibliográficas.....	116

INTRODUÇÃO

Repensar a educação. Este tem sido o tema recorrente nas discussões que vêm ocorrendo em todos os setores da sociedade e no mundo. Não é apenas uma preocupação do sistema educacional, mas do mercado de trabalho, das instituições empregadoras e da sociedade quanto à expectativa de qualificação, requalificação e empregabilidade. Isso se deve a um imperativo da sociedade globalizada, em que o conhecimento é uma mercadoria à qual tem acesso quem pode pagar por ela.

Nesse contexto histórico, encontramos o conhecimento como um bem necessário para a evolução da sociedade. Atualmente, o conhecimento está associado à aquisição de competências e habilidades que fazem do indivíduo um sujeito competitivo no mercado de trabalho. Nessa perspectiva vamos encontrar empresas dos mais diversos segmentos, sejam elas privadas, estatais, organizações não-governamentais e instituições sem fins lucrativos, entre outras, a buscarem através do conhecimento, mecanismos que lhes dêem sustentação no mundo dos negócios.

O fato de essa competitividade exigir rapidez nas decisões e conhecimentos sempre atualizados é o que leva esses segmentos a buscarem o trabalho de especialistas na área educacional. Para isso, eles necessitam de empregados qualificados e atualizados, e aí está a necessidade de o pedagogo ser o apoio na qualificação e requalificação em serviço de seus colaboradores.

Desse modo, torna-se vasto o campo de atuação do pedagogo dentro dessa sociedade. Sabemos que em qualquer área ou setor que se faça necessário o planejamento e gestão do processo de ensino-aprendizagem, certamente a atuação do pedagogo é fundamental. Para tanto, é importante que sua formação lhe dê suporte. É isso que discutiremos no desenvolvimento desse trabalho.

No Brasil, há uma legislação e um discurso político que vêm proporcionando à educação tomar rumos significativos quanto à formação do educador e à ampliação da rede escolar. Entretanto, quando confrontamos a história e as políticas que envolvem o sistema educacional, em todos os níveis no Brasil, percebemos que ainda são muitas as dificuldades a serem superadas. E mudar o quadro educacional não é tarefa fácil e rápida, principalmente quando levamos em consideração o que Gatti (1997, p.4) coloca “Não se faz milagres com a formação humana [...] esta tem que ser desenvolvida em longo processo de maturação” e o processo educacional é uma construção de conhecimentos que demanda tempo.

Para capacitar essa sociedade para a demanda sócio-econômica e atender às exigências do mercado, é necessária uma escola e uma prática educativa organizada, condizente com a realidade e um mediador qualificado para resolver os problemas do cotidiano de sala-de-aula, desenvolver a interdisciplinaridade e o multiculturalismo e, principalmente, conhecer e trabalhar com as tecnologias da comunicação. Por causa da rápida e constante evolução das tecnologias e dos meios de comunicação, a

concepção de educação já não é a mesma. De acordo com Levy; Althier (apud RIVERO; GALLO, 2004, p.9), estamos vivendo numa sociedade tida como “sociedade do conhecimento” onde o conhecimento significa um bem pelo qual o indivíduo ou comunidade podem adquirir “reconhecimento social, um emprego, uma cidadania real [...]”. Para Beillerot (apud LIBÂNEO, 2000, p.51),

[...] a sociedade contemporânea pode ser definida como uma “sociedade pedagógica” onde encontramos uma diversidade de práticas educativas e onde a ação educativa se encontra em todos os seus segmentos.

De acordo com Rivero; Gallo (2004, p. 11), “Se o conhecimento é múltiplo, variado, não estanque [...] É fundamental que tenhamos processos formativos preparando o educador para uma atitude aberta frente ao mundo[...]”. Logo, a formação desses profissionais é de fundamental importância, uma vez que a educação é condição essencial para a transformação do indivíduo e da sociedade, bem como a garantia de sua empregabilidade. Essa é a perspectiva da própria sociedade, do setor produtivo, dos empresários e apologistas do mercado.

Desenvolvendo um estudo sobre o profissional de educação e sua capacitação, vamos abordar nesse trabalho – a formação do pedagogo para o trabalho fora da escola. Esse é o objeto que estaremos questionando, pois consideramos o curso de Pedagogia como um importante *locus* de pesquisa sobre as teorias que orientam o processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, *locus* da discussão e formação do professor, no que diz respeito ao seu conhecimento sobre a teoria e prática pedagógica.

O interesse por essa temática teve início quando ainda cursava Pedagogia. Foi a partir das leituras e discussões que comecei a rever a minha trajetória de estudante, a questionar sobre os professores que encontrei e assim comecei a perceber o quanto é fundamental a boa formação desse profissional.

Neste trabalho, a nossa preocupação é refletir e buscar respostas para os questionamentos e indagações que tomaram maior proporção quando da minha atuação como professora do curso de Pedagogia. A experiência profissional possibilitou-me perceber que o currículo do curso está direcionado para o trabalho do pedagogo em escolas, quando este já encontra espaço dentro do mercado de trabalho para desempenhar ação educativa não-formal.

Temos consciência de que o campo de atuação do pedagogo não se restringe apenas à escola, mas a todas as instâncias em que se desenvolve qualquer processo educativo. Buscaremos nesta investigação, respostas para algumas perguntas: Como a organização curricular desse curso pode dar ao pedagogo suporte a uma prática fora da instituição escolar? Como está sendo visto e considerado o trabalho desse profissional nesses campos de trabalho? Como se sente esse profissional quando chega à instituição não escolar para desenvolver seu trabalho? Quais são as necessidades desse mercado de trabalho para absorver esse profissional pedagogo?

Quando analisamos a trajetória histórica da formação do pedagogo, percebemos que ela sofreu mudanças de enfoque, e continua sofrendo, o que nos ajuda a situar alguns dos problemas dessa formação e as dificuldades desse profissional atuar e situar-se no mercado de trabalho não-escolar.

Não é difícil perceber que essas mudanças foram provocadas pelas transformações econômicas, sócio-culturais e políticas por que passa a sociedade e o sistema educacional frente às expectativas e exigências dos contextos da sociedade. Paralelamente a essas mudanças, houve também mudanças quanto ao papel da escola, quanto à concepção de ensino-aprendizagem e quanto às funções do profissional da educação. A compreensão que se tem atualmente sobre atividades educativas é que essas extrapolam os muros da escola.

São essas transformações que fazem com que a formação dos profissionais da educação assuma relevância e seja uma preocupação daqueles que lidam com as pesquisas sobre essa formação. Para o pedagogo atuar fora da escola, é necessária uma formação em que os conteúdos tenham proporcionado desenvolver suas capacidades cognitivas, a criatividade, o pensamento crítico, a sua autonomia e a capacidade de trabalhar em grupo. Nos contextos em que se delineiam as possibilidades de atuação do pedagogo, é necessário ainda que esse profissional seja capaz de trabalhar em equipe interdisciplinar, heterogênea e em diversos contextos educativos.

A área de atuação do pedagogo nessa sociedade já é extensa, esse profissional pode atuar nas instituições de ensino, organizações e empresas dos mais diversos setores. Podemos dizer que o pedagogo pode atuar em todas as áreas que requerem um trabalho educativo. Por todas essas razões, entendemos ser necessário repensar o curso de pedagogia, principalmente quando o seu profissional está encontrando espaço de ação educativa fora da escola. Para isso, no entanto, faz-se necessário ter na base de sua formação uma articulação entre teoria-prática, autonomia e reflexão crítica para que se possa desenvolver um trabalho coerente com as necessidades de planejamento e gestão do processo ensino-aprendizagem fora do contexto formal.

Atualmente são muitas as discussões e propostas de diretrizes para o curso de Pedagogia. Nesse movimento de luta pela criação de um documento que venha garantir relevância ao curso de Pedagogia como *locus* de pesquisa e formação de profissionais da área de educação, vamos encontrar envolvidos educadores e entidades como: ANPED, ANFOPE, ANPAE, FORUMDIR e CEDES.

A proposta desse trabalho é buscar evidenciar, desvelar e compreender através da legislação, a trajetória do curso de Pedagogia, bem como identificar a relação existente entre as propostas de formação desse profissional e as reais exigências postas pela prática educativa fora da escola.

Para responder aos questionamentos levantados, é necessária uma pesquisa que venha superar e alargar a visão sobre a formação do pedagogo. Nessa perspectiva, o termo pesquisa terá o significado “de busca, investigação, de indagação” (ALMEIDA, 1989, p.100). Segundo Demo (1982, p. 23): “a pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade”. Nesse processo de busca, foram empregados três procedimentos necessários para a elaboração deste trabalho:

- Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, “atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita” (ALMEIDA, 1989, p.100). Uma “preciosa fonte de informações, com dados já organizados e analisados” (SANTOS, 2001, p: 31). No conjunto dessa metodologia, foi utilizada a leitura de livros e de periódicos específicos. Também fez parte dessa primeira etapa, a leitura de relatórios de encontros, simpósios, seminários, congressos e documentação oficial, objetivando compreender a trajetória e discussões que permeiam o curso de Pedagogia e a formação do pedagogo.
- No segundo momento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo, objetivando conseguir informações que possibilitassem uma análise das atividades desenvolvidas pelos pedagogos fora da instituição escolar e relacionar sua formação ao espaço que vem surgindo no mercado de trabalho. O público alvo deste trabalho são os pedagogos que estão atuando em contextos os mais diversos. O

instrumento metodológico utilizado para coleta de dados foi uma entrevista semi-estruturada, objetivando deixar o entrevistado com liberdade para se colocar, de maneira que fosse possível descobrir as dificuldades encontradas por esses profissionais em atuar fora do contexto escolar; como conseguem desenvolver as atividades concernentes à profissão, de que maneira é considerado o seu trabalho dentro dessas instituições e o que levou a empresa à contratação dos seus serviços.

Para sistematização dessa pesquisa, tendo em vista uma compreensão maior sobre a trajetória do curso, fez-se necessária uma organização em 03 (três) capítulos. O primeiro, O PERCURSO HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL, traz uma retrospectiva da trajetória da formação do pedagogo no Brasil. Neste capítulo o objetivo foi situar a evolução do curso de Pedagogia, a legislação que permeou as mudanças ocorridas na sua estrutura e as discussões que vem sofrendo para se posicionar como um curso de Nível Superior, capaz de habilitar seus profissionais em pesquisa, para a demanda sócio-política, econômica e educacional do país.

No segundo capítulo, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PEDAGOGO a preocupação foi desvendar o campo de atuação desse profissional no contexto não-escolar e mediante uma análise da sociedade atual, mostrar a necessidade e importância da formação e atuação desse profissional em seus setores. É sabido que as mudanças que ocorreram no contexto social atingiram todos os seus segmentos. No que diz respeito ao educacional, as

concepções sobre o processo de ensino-aprendizagem proporcionaram ao pedagogo um vasto campo de atuação. Nessa perspectiva, o campo de atuação para esse profissional abrange as organizações e empresas dos mais diversos setores sejam governamentais ou não, bem como sindicatos, cooperativas, hospitais e outros em que o processo de ensino-aprendizagem se faz necessário.

O terceiro capítulo, A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES contém o resultado da pesquisa de campo. Nele estão as respostas dos entrevistados, as quais trazem subsídios para a compreensão do objeto dessa pesquisa e respondem aos questionamentos que foram levantados anteriormente. Colocamos, nesse capítulo as razões que levaram os diversos segmentos a contratarem os serviços desses pedagogos. Ainda nesse capítulo foi utilizada a descrição do que colocaram os sujeitos investigados, nove pedagogos que trabalham em setores do Estado, em organizações não governamentais, cooperativas, sindicatos e outras, e os responsáveis pelas cinco instituições onde os pedagogos estão atuando. Optamos pela não identificação do entrevistado com sua resposta e setores em que atuam para dar-lhes segurança e liberdade para se colocarem integralmente.

CAPÍTULO I

O percurso histórico do curso de Pedagogia no Brasil

Nesse capítulo o objetivo é situar a evolução do curso de Pedagogia no Brasil. Entendemos ser necessário trazermos o percurso desse curso desde a sua criação, observando as legislações que permearam as mudanças na formação de seus profissionais, por acreditarmos que esse processo seja importante para que entendamos melhor os fatores históricos que favoreceram e/ou retardaram de certa forma, as mudanças ocorridas na sua estrutura e as dificuldades para caracterizar o perfil de seus egressos.

1. 1 A Criação do curso de Pedagogia

A década de 1930 é considerada como um marco na história do Brasil. Foi nesse período que ocorreram significativas mudanças tanto no aspecto social, econômico e político, quanto no educacional. Nesse âmbito, podemos destacar as propostas do ideário da escola nova que, além de trazer ao cenário brasileiro a discussão da escola laica e gratuita para todos, proporcionou a criação de Universidades no País. Nesse período, por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, através do

Decreto Lei nº 1.190 de 1939, surge o curso de Pedagogia, com o objetivo de preparar docentes para a escola normal.

Para Chagas (apud BRZEZINSKI, 1996, p.36), “a identidade do curso de Pedagogia encontra-se no projeto da Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro”. Essa foi considerada a primeira escola de estudos pedagógicos de nível superior, que contou com a contribuição de Anísio Teixeira na elaboração de seu projeto, cujo objetivo era promover a investigação científica e formação de professores. Para Campos (apud BRZEZINSKI, 1996, p. 33), deveria “transcender o caráter utilitário e prático dos institutos para aperfeiçoamento de professores”.

É interessante esclarecer que a organização da Faculdade Nacional de Filosofia foi implantada com quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. Ao curso de Pedagogia foi agregado o curso de Didática, o qual continha as disciplinas de Didática Geral e Especial, Psicologia da Educação, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação. Essas disciplinas eram ministradas posteriormente ao curso de bacharelado, e à parte, como obrigatórias para aqueles que fossem atuar em sala de aula. Esse curso de Didática tinha como objetivo, em apenas um ano, preparar professores, daí a prática ser uma preocupação e sua característica. Mas com essa proposta, a formação do professor era carente de fundamentação teórica.

No curso de Pedagogia, existia uma separação entre a parte teórica e a prática do processo de ensino-aprendizagem, o que foi, segundo Brzezinsk

(1996, p. 42), “um dos fatores responsáveis pelo desvio do curso de Pedagogia, porque o centra mais na vertente profissionalizante”. Observou-se na estrutura desse curso a ausência de pesquisa sobre a área do saber pedagógico, uma vez que o foco maior era para a prática de sala de aula.

Nesse caso, o curso formava o pedagogo: bacharel e licenciado. Como bacharel, ele poderia atuar como técnico em educação, com formação de apenas 03 anos. Segundo Coelho (1987, p.7), “Não ficava claro, então, o que seria esse técnico em educação, qual sua função e especificidade em relação aos profissionais formados em várias licenciaturas e nos outros cursos de bacharelado”. Como licenciado, ele poderia trabalhar com as disciplinas do curso Normal. Essa habilitação correspondia a um ano de disciplinas pedagógicas.

Apesar de algumas mudanças, essa modalidade do curso de Pedagogia perdurou até 1969, quando da sua reorganização, foi abolida a distinção entre bacharelado e licenciatura e criadas as habilitações de Administração Escolar, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar e Orientação Educacional. Acreditamos que essas habilitações fragmentaram a teoria e a prática escolar e, conseqüentemente, a profissão do pedagogo. Essa espécie de formação imprimiu um caráter técnico e restrito ao contexto escolar, proporcionando pouca compreensão do processo educativo. O curso de Pedagogia ficou dividido em disciplinas dos fundamentos da educação e disciplinas das habilitações específicas.

Percebemos que a história do curso de Pedagogia no Brasil sempre foi conturbada, e apesar das pesquisas e discussões, o que foi conseguido com as medidas legais e operacionais ainda não foi suficiente para consolidar seu perfil e campo de trabalho. Assim, esse curso, desde a sua origem, traz questões ambíguas e contraditórias que até hoje complicam a sua definição. É um curso de bacharelado ou de licenciatura? Forma o técnico para a educação ou o professor para a sala de aula? Que profissional está formando e em que área ele pode atuar? De acordo com Silva (2003, p. 14), essa reorganização “Criou um bacharel em pedagogia sem apresentar elementos que pudessem auxiliar na caracterização desse novo profissional”, principalmente porque na prática não houve uma definição de suas funções, tanto para o bacharel quanto para o licenciado.

Outra questão que rendeu muitas discussões, para a definição do currículo desse curso e do perfil dos seus egressos, foi o fato de as disciplinas terem um caráter generalista e dicotômico, e também uma separação entre os conteúdos e a parte prática. Nesse aspecto, as disciplinas não possuíam um aprofundamento, o que descaracterizava o curso como *locus* de pesquisa do processo de ensino-aprendizagem. Conforme questionamentos colocados por Silva (2003, p.49), “o curso de pedagogia teria um conteúdo próprio e exclusivo que pudesse justificar sua existência?”.

No período de 1940 a 1950, o curso não teve mudanças significativas, mas já se discutia sua manutenção ou extinção. Para não incorrer em

repetição de dados e de legislação sobre o curso, no momento apenas apresentamos um sucinto panorama de sua trajetória, uma vez que, desde a criação até 1961, a sua função era formar o bacharel e o licenciado. Nesse período, o curso sofreu algumas modificações através de pareceres que serão trabalhados com mais detalhes posteriormente.

Na década de 1970 com a Reforma Universitária, as faculdades passaram a ter regime departamental, e a Faculdade de Educação foi desagregada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O contexto legal da época determinava que as disciplinas pedagógicas fossem reunidas em uma unidade própria e atendesse aos cursos de formação de professores.

A década de 1980 foi marcada por movimentos pela reformulação dos cursos de formação de professores e sobre a qualidade da educação básica. O marco das discussões e pesquisas ocorreu na I Conferência Brasileira de Educação em 1980. O curso de Pedagogia também está na pauta dessa conferência no que se refere a sua identidade. Nesses encontros para definição do curso, realizados pela Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador, hoje conhecida por ANFOPE, foram retomados como subsídios os pareceres elaborados pelo conselheiro Valnir Chagas.

Nas discussões pela qualidade da educação básica, chega-se à conclusão da importância da formação de professores em nível superior para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Na busca de um *locus* para essa formação, o curso de Pedagogia foi visto como o curso mais adequado para contribuir no processo de erradicação do analfabetismo e resolver os

problemas da evasão e repetência, existentes até hoje no país. E assim, em sua trajetória, o curso de Pedagogia vai sendo moldado para ser mais um curso para formar docente e aos poucos se descaracteriza como *locus* para formar um profissional capaz de atuar nos campos da ação educativa fora do contexto formal.

A partir de 1990 as discussões continuam e com a Lei de Diretrizes e Base, LDBEN nº 9.394/96, mais uma vez a identidade do curso de Pedagogia está na pauta de discussão. Com essa legislação, o curso passa a ser um curso básico de formação acadêmico-científica, ou seja, a formação de profissionais para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Pela demora na definição de uma legislação específica para o curso e de uma definição do currículo, atualmente podemos encontrar pelo Brasil afora, cursos de Pedagogia com características as mais distintas e formando profissionais capazes de atuar nas mais diversas áreas do processo educacional.

1.2 O Curso de Pedagogia a partir de suas Legislações

Como foi colocado anteriormente, o Decreto Lei nº 1.190 de 1939, deu origem ao curso de Pedagogia. Nesse Decreto, o curso tinha duas funções: formar o bacharel e o licenciado. Ou seja, formar o técnico em educação e o licenciado, para o curso Normal. Nessa perspectiva, o curso

de Pedagogia foi visto ainda como responsável pela seção especial de Didática. Era a dupla função de formar bacharéis e licenciados, a fórmula 3+1 pela qual ficou conhecida essa modalidade de formação. Esse sistema foi considerado e chamado de “padrão federal”, por definir um currículo e estabelecer a duração dos cursos. Porém, esse currículo determinado para a formação do pedagogo era inadequado e não o identificava claramente quanto à natureza de suas funções. Segundo Silva (2003 p. 13),

Essa inadequação é representada, principalmente, pela tensão provocada, de um lado, pela expectativa do exercício de funções de natureza técnica a serem realizadas por esse bacharel e, de outro, pelo caráter exclusivamente generalista das disciplinas fixadas para sua formação.

Todas as críticas e discussão sobre o curso são pertinentes. Houve na década de 1950, uma Portaria do MEC nº 478/1954 que possibilitava aos seus egressos lecionar algumas disciplinas do Ensino Médio como: Filosofia, História Geral e do Brasil, e Matemática. No período compreendido entre 1966 a 1968, o pedagogo também podia ministrar aula de Psicologia, Sociologia e Estudos Sociais.

O problema de indefinição da formação desse profissional influenciou o Conselheiro Valnir Chagas a considerar muito frágil a permanência do curso de Pedagogia porque, na sua concepção, lhe faltava um conteúdo próprio. Daí o seu posicionamento a favor de sua extinção. Porém, como membro do CFE, contrariando seu posicionamento e pronunciamentos, na busca de organizar o curso, cria Pareceres que irão possibilitar uma estrutura mais adequada.

Sob a vigência da lei de Diretrizes e Bases Lei nº 4.024/1961, surge o Parecer nº 251 de 1962 do Conselho Federal de Educação (CFE), que teve como seu relator Valnir Chagas. Nesse Parecer foi fixado o currículo mínimo, a duração do curso de Pedagogia e uma proposta de formar, na graduação, o bacharel, especialista em educação, e o licenciado, professor da escola Normal. Porém, a proposta do autor era formar em nível de pós-graduação, o técnico em educação, ou seja, o bacharel especialista nas áreas de Administração Escolar, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar e Orientação Educacional; e em nível superior, seria a formação do professor primário, hoje séries iniciais do Ensino Fundamental.

Anteriormente a essa legislação, para ingressar no curso de Pedagogia era preciso ter cursado o Normal. Após essa legislação foi permitida a inscrição de egressos do curso científico o que, acreditamos, foi um prejuízo a mais para a sua formação e prática, bem como na definição de seu perfil profissional. Nesse aspecto, Brzezinsk (1996, p. 45) chama a atenção para o fato de que os

“egressos da licenciatura em Pedagogia seriam os futuros professores da Escola Normal que formava professores primários. Entretanto, o currículo dessa licenciatura não contemplava o conteúdo do curso primário”.

Esses egressos não possuíam conhecimento das disciplinas do ensino das primeiras séries uma vez que aqueles que não tinham cursado o Normal e o curso não as trabalhavam. Mesmo assim, esses profissionais estavam habilitados legalmente para dar aulas no curso Normal de disciplinas para as séries iniciais do Ensino Fundamental.

O pedagogo formado como técnico de educação ou, como também era chamado, especialista de educação, era identificado como um profissional não docente, mas ele poderia lecionar no curso Normal. Essa ambigüidade estabelecida no curso não favoreceu a construção da identidade profissional nem a definição do currículo e do seu campo de trabalho.

É possível observar esse problema através das disciplinas adotadas para o curso. Para a formação em bacharelado o currículo mínimo continha sete matérias: Psicologia da Educação, Sociologia Geral e da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e mais duas a serem escolhidas pela Instituição de Ensino. A intenção na escolha de duas outras matérias, era definir a especialidade do profissional. No rol das matérias oferecidas constavam: Biologia, História da Filosofia, Estatística, Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais de Educação, Teoria e Prática da Escola Primária e Secundária, e Introdução à Orientação Educacional. Porém, essas disciplinas propostas pelo referido Parecer, não caracterizaria o profissional nem o seu campo de trabalho.

Analisando o curso de Pedagogia proposto no Parecer 251/69 e o seu elenco de disciplinas, percebemos o quanto era complicada a atuação de seus egressos porque as disciplinas eram imprecisas e não proporcionavam uma base de conhecimentos que orientasse esses egressos a atuarem

como técnico e até mesmo como licenciado do curso Normal, porque elas tinham um caráter generalista.

Somente com o Parecer 283/1962 é que se buscou maior especificidade na formação, criou-se uma base comum e outra diversificada de acordo com as especificidades escolhidas. Assim, o formando em Pedagogia escolhia uma área técnica e uma outra para o magistério das disciplinas do curso Normal. Mesmo assim não ficou claro o seu campo de atuação.

Com essa indefinição, que parece ser uma característica do curso, tanto do seu conteúdo, quanto do campo de trabalho dos seus egressos, se faz necessária uma reformulação, não apenas de disciplinas, como já estava acontecendo, mas também de sua estrutura curricular.

No período de pós-golpe militar, com o movimento de reivindicações dos professores e estudantes universitários, o curso foi discutido por seus alunos e professores. Nessas discussões, de acordo com Silva (2003, p. 23),

O que se defendia, então era que, num determinado momento do curso, os alunos passassem a fazer suas opções curriculares em função das tarefas que pretendessem desempenhar dentre as que se esboçavam e as que já se encontravam definidas para o pedagogo.

É interessante informar que a proposta em discussão, nesse período, era para estabelecer uma relação direta entre a formação e o campo de atuação. Essa tendência fez parte do contexto político do Brasil a partir de 1964, ditadura militar. Nesse contexto, a proposta de desenvolvimento

nacional é intensificada e nessa perspectiva, também a formação do pedagogo técnico em educação torna-se indispensável. Isso ocorreu por já se entender que sem educação não poderia acontecer o desenvolvimento do país e também por perceberem na função do técnico uma ação de controle dentro da escola.

Em 1968 foi aprovada a Reforma Universitária, através da Lei nº 5.540, que tinha dentre suas intenções políticas e econômicas, a de reformular o curso superior. Segundo Silva (2003, p.25), através dela,

trionfam os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade no trato de ensino superior. A tradição liberal de nossa Universidade fica interrompida e nasce o que alguns passaram a chamar de universidade tecnocrática, ainda que mesclada de nuances do pensamento liberal.

Essa reforma desdobrou as Faculdades em seções, setores ou departamentos, criou a Faculdade de Educação e agregada a ela, o curso de Pedagogia. Assim, era incumbência do curso de Pedagogia a formação de professores primários, de professores para a escola Normal e de pedagogo especialista. À Faculdade de Educação coube a formação pedagógica dos licenciados e seus respectivos estágios de prática pedagógica.

Na formação do pedagogo foram incluídos conteúdos específicos para cada habilitação, enfatizando a formação do especialista em educação. A intenção era adequá-lo à formação profissional com as necessidades de acumulação capitalista. Para Coelho (1987, p.11) a divisão do curso de Pedagogia em habilitações era para “preparar profissionais mais produtivos

e capazes de planejar, dirigir e controlar a educação”, o que também pode ser entendido como uma fragmentação do seu trabalho na escola.

Podemos perceber que nesse acúmulo de tarefas e obrigações de formar o educador, a Faculdade de Pedagogia se distancia do seu foco, a pesquisa em educação. A organização dos seus conteúdos possui uma fluidez que ainda não permite a identificação do campo de trabalho em que o profissional pedagogo deve atuar.

Após a Reforma Universitária de 1968, a Faculdade de Educação passa por uma reformulação na sua estrutura, sendo o curso de Pedagogia também afetado. Através do Parecer 252/1969, incorporado à resolução do CFE nº 2/69, foi fixado o conteúdo mínimo, a duração do curso de Pedagogia e também estabelecidas as disciplinas obrigatórias da parte comum, da parte diversificada e a obrigatoriedade do estágio. A proposta era a capacitação do professor primário em nível superior; o preparo de especialistas para o trabalho de inspeção escolar, supervisão escolar, administração escolar e orientação educacional.

Esse Parecer determinava para cada habilitação um conjunto de disciplinas, o que proporcionou não apenas um conhecimento sobre suas atividades, como também elementos para sua caracterização. Essa formação, no entanto, continua fragmentada. O curso passa a ter duas partes: uma composta de disciplinas consideradas de base comum para todas as habilitações; e a outra, a parte diversificada que continha disciplinas referentes às habilitações.

As disciplinas da parte comum são: Sociologia Geral e da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática. O argumento para inclusão dessa última disciplina na parte comum é o fato da sua identificação com o ato de ensinar, e por isso necessária, uma vez que as outras disciplinas dessa mesma parte poderiam ser lecionadas no curso Normal, e dessa forma o egresso já estaria preparado para essa tarefa.

É interessante que as considerações feitas nesse período para o curso de Pedagogia, eram que as habilitações específicas deveriam ser feitas em curso de pós-graduação. E, mesmo assim, foi estabelecido pelo Parecer um rol de disciplinas, correspondentes à parte diversificada para as habilitações específicas: o magistério do curso Normal e as atividades de orientação educacional, supervisão escolar, administração escolar e inspeção escolar. As três últimas habilitações poderiam ser oferecidas na modalidade de curta duração e era permitido àqueles que possuíam o diploma de qualquer licenciatura, cursar uma das habilitações em 1.100 horas.

As disciplinas estabelecidas para cada especialidade foram:

- Habilitação magistério do curso normal – estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, metodologia do ensino de 1º grau e a prática de ensino na escola de 1º grau.

- Habilitação em orientação educacional – estrutura e funcionamento do 1º e 2º graus, princípios e métodos de orientação educacional, orientação vocacional e medidas educacionais.
- Habilitação em administração escolar – estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus, princípios e métodos da administração escolar e estatística aplicada à educação.
- Habilitação em supervisão escolar – estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus, princípios e métodos da supervisão escolar, currículos e programas.
- Habilitação em Inspeção escolar – estrutura e funcionamento do ensino de 2º grau e administração da escola de 1º grau, supervisão da escola e inspeção da escola de 1º grau.

Não é difícil reconhecer que essas habilitações estão separadas não apenas por seus conteúdos específicos, mas por suas funções dentro do sistema educacional. Na habilitação para o magistério do curso Normal, as disciplinas estão direcionadas para o processo de ensino-aprendizagem nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Na habilitação Orientação Educacional as atividades pertinentes a esse profissional o habilitam a trabalhar diretamente com o aluno, ajudando-o em seu desenvolvimento pessoal; com a escola, colaborando na construção da proposta pedagógica; com a comunidade, ouvindo os pais ou responsáveis pelo aluno; com os professores, colaborando com a análises em busca de compreender e agir adequadamente quanto ao comportamento dos alunos.

À Supervisão Escolar cabe a execução da proposta pedagógica da escola; avaliar o currículo em integração com os outros profissionais; supervisionar e velar pelo cumprimento da legislação nos estabelecimento de ensino e do plano de trabalho docente; assegurar e organizar a avaliação e recuperação da aprendizagem; promover atividades de estudo, pesquisa e atualização dos professores; e por fim, promover ações que objetivem a articulação entre escola, educadores, família e comunidade.

Quanto à habilitação em Administração Escolar, cabe ao gestor a tarefa de planejar, dirigir, coordenar, acompanhar a execução, avaliar e manter o controle do processo organizacional da escola tanto no aspecto físico, quanto pedagógico. E, por último, cabe à Inspeção Escolar, a tarefa de observar as escolas quanto às determinações legais e verificar se elas estão cumprindo a legislação.

Como podemos observar, a formação e atuação desses profissionais são diferenciadas e limitadas à escola, ou seja, ao âmbito micro-educacional. Tanto a prática quanto a formação desses profissionais não considera o processo educacional de forma ampla. Isso dificulta uma análise e compreensão da dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, suas relações com a realidade, bem como, a dimensão da sua complexidade. Nesse aspecto, o que possuem é uma visão compartimentalizada do trabalho educacional e do conjunto de ações, muitas vezes simultâneas, que o trabalho escolar exige.

Embora esse parecer traga a proposta de o inspetor trabalhar no âmbito macro-educacional, as disciplinas deixam claro que as atividades do pedagogo são restritas ao contexto escolar. Nas discussões para votação do Parecer nº 252/1969, não é considerado, numa mesma habilitação, a possibilidade de se ter conhecimento e desenvolver várias funções.

O processo educacional nesse aspecto é fragmentado entre o trabalho de sala de aula e o técnico, e entre as formações técnicas. Fica evidente que os egressos do curso de Pedagogia, tanto pelos conteúdos quanto pela prática, possuem pouca visão do que seja educação na amplitude do seu termo e da atuação do educador. Quanto ao campo no mercado de trabalho, é perceptível sua limitação apenas à escola, à educação formal.

Embora haja nesse mesmo parecer a proposta de formação para os pedagogos em diferentes âmbitos da educação em cursos de pós-graduação, o que podemos perceber, na prática, é um acréscimo de disciplinas dentro dos cursos. Penso que a idéia de “inchar”¹ a estrutura curricular para suprir as necessidades de conhecimento teórico na formação desse profissional, acarretou uma fragmentação e um aligeiramento. No momento em que esses conteúdos tornam-se superficiais, descaracteriza-se o profissional pedagogo e o curso como *locus* de pesquisa sobre o fenômeno educacional. Como coloca Pimenta (2002, p.21)

¹ Termo utilizado por Silva 2003, p.43.

Desse modo, a Pedagogia, ciência que tem a prática social da educação como objeto de investigação e de exercício profissional – no qual se inclui a docência, embora nele se incluam outras atividades de educar – não tem sido tematizada nos cursos de formação de pedagogos.

Na alteração que esse parecer imprime ao curso de Pedagogia, ainda continua mantida a grade curricular e os conteúdos das antigas disciplinas, mudando apenas a sua denominação.

Na década de 1970, mais uma vez o conselheiro Valnir Chagas elabora um conjunto de indicações para aprovação do CFE. O objetivo dessas indicações é ajustar a formação do educador às necessidades geradas com a aprovação da LDB nº. 5.692/71. É importante para o nosso trabalho, mencionar a Indicação nº. 22/1973, que traça as normas gerais a serem seguidas por todos os cursos de licenciatura; a Indicação nº. 67/1975 que prescreve a orientação básica a ser seguida para a área pedagógica; a Indicação nº. 68/1975 que redefine a formação pedagógica das licenciaturas e a Indicação nº. 70/1976 que regulamenta o preparo de especialistas e professores. Ainda nesse período, surge o Parecer nº. 867/72 que possibilita ao egresso do curso de pedagogia, ao concluir uma habilitação, voltar e complementar a parte específica para adquirir uma outra habilitação.

A partir de 1980, surge a discussão sobre o curso de Pedagogia, na qual é criticada a fragmentação de conteúdos e a divisão de trabalho em especialistas. Por causa dessas críticas, algumas Faculdades de Educação suprimem da sua formação as habilitações do curso de Pedagogia, ficando apenas a formação do professor de disciplinas pedagógicas para o curso de

habilitação magistério e professores das séries iniciais do Ensino Fundamental. Nessa perspectiva, o curso de Pedagogia transforma-se em um curso de operacionalização das metodologias do ensino.

Na década de 1990, o movimento para reformulação do curso é uma preocupação constante nas discussões, principalmente quanto à identidade do curso de Pedagogia, sua função e estruturação. Com a promulgação da LDBEN nº 9394/96 há uma significativa reviravolta nos cursos de licenciatura e de pedagogia.

Como podemos observar no Título VI, dos profissionais da educação dessa Legislação:

no Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

no Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em Nível Médio, na modalidade Normal.

Nesse Artigo há uma incoerência, pois ele ainda faculta uma formação mínima, a modalidade Normal, para o magistério no alicerce da educação básica. Quando se busca uma educação de qualidade essa legislação se apresenta com avanços e recuos na educação.

No Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Os artigos citados anteriormente, referentes à formação do educador e ao curso de Pedagogia, trazem de volta alguns aspectos que já vimos no Parecer 252/1969 e na Resolução nº 2/ 1969, ou seja: o preparo de especialistas para o trabalho de inspeção escolar, supervisão, administração e orientação educacional; a proposta para capacitação do professor das séries iniciais em nível superior e uma base comum nacional.

1.3 Discussões sobre o curso de Pedagogia

É possível perceber que a trajetória do curso de Pedagogia foi muito conturbada. Apesar das pesquisas e discussões, de medidas legais e operacionais, consolidar o perfil do pedagogo não foi uma tarefa fácil. Nos meios tanto do legislativo, quanto das instituições envolvidas com a elaboração das propostas para a definição das diretrizes desse curso, há

colocações contraditórias e ambíguas. Achar o consenso foi uma longa caminhada e uma tarefa desgastante para todos os envolvidos e comprometidos na reconstrução desse curso e estabilidade do seu profissional.

Não há pretensão de se colocar todas as discussões, mas apresentar o conteúdo dos principais documentos e propostas que nortearam os debates desde 1999. Fazem parte dessas discussões várias entidades da área educacional, as quais vêm participando efetivamente da formulação das propostas sobre o curso de Pedagogia que são encaminhadas ao CNE. São elas: Anfope, FORUMDIR, ANPAE, ANPED e CEDES. Não restam dúvidas a essas entidades de que é importante a manutenção do curso, principalmente por ser ele, por excelência, um campo de estudos e pesquisa sobre o processo de ensino-aprendizagem.

A preocupação com a formação do pedagogo vem desde 1983. Nesse período é sustentado pela Anfope que a docência é a base da formação do pedagogo. Porém, as discussões tomaram relevância após a promulgação da LDB nº 9394/1996, principalmente depois do Decreto 3.276/99, que estabelece a criação dos Institutos Superiores de Educação como *locus* de formação dos profissionais da educação. Em 1999, a Anfope apresentou uma Proposta de Diretrizes Curriculares para o curso de formação dos profissionais de educação (5/99). Esse documento foi um marco importante nas discussões sobre a formação do educador, bem como no estabelecimento de diretrizes sobre o perfil do pedagogo como sendo:

um profissional habilitado a atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidade profissional.

A estrutura geral do curso de pedagogia, nessa proposta, está definida em: a) docência como base comum; b) flexibilização do currículo; c) organização de conteúdos por meios de diversas formas didáticas, possibilitando que as Instituições de Ensino Superior criem cursos de Pedagogia que ofereçam habilitações as mais diversas, ampliando o campo de atuação do pedagogo.

Nessa proposta o pedagogo será habilitado para a docência na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e nas disciplinas da formação pedagógica do Nível Médio. Pode também atuar na organização de sistemas, projetos e experiências educacionais escolares e não escolares; na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional; na educação especial, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação ambiental e áreas emergentes do campo educacional.

A preocupação é habilitar e proporcionar competência ao pedagogo que lhe possibilitem compreender o processo de construção do conhecimento, do fenômeno e prática educativa dos problemas sócio-culturais para atuar adequadamente na superação da exclusão social, na elaboração de projetos que desenvolvam valores como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso.

Em todos os momentos dessas discussões e documentos enviados ao MEC/ SESu e CNE, foi detectado pela comissão de especialistas que as diretrizes sobre o curso de Pedagogia e formação de educadores deveriam ser discutidas juntas. Nessa perspectiva, surge o documento (09/99) norteador para a elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores. Esse documento refere-se aos cursos de licenciatura (5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e Ensino Médio), aos cursos de formação de professores de educação infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental.

A proposta desse documento, aprovado em novembro de 2002, contém a elaboração das Diretrizes para um sistema nacional de formação de professores, objetivando: superar a dicotomia do modelo bacharelado e licenciaturas, proporcionar uma identidade própria a essa formação e integrar um sistema com base comum de referência nacional. Essas diretrizes atingem a formação do pedagogo, uma vez que o documento anterior reafirma ser a docência a base e identidade do curso de Pedagogia. É a possibilidade de superar a dicotomia entre a formação do professor e o especialista.

São muitos os documentos produzidos no período entre 1999 e 2004 e encaminhados ao CNE pelas entidades educacionais responsáveis pelas discussões e propostas.² Nesse intervalo de tempo vamos encontrar por parte do MEC, SESu e CNE Portarias e Resoluções que polemizaram ainda

² Dentre esses documentos podemos destacar a proposta de Diretrizes Curriculares de 06/05/1999, o Documento norteador para o curso de Pedagogia de 07/11/2001 e Documento de 10/09/2004.

mais as discussões e adiaram as definições das Diretrizes do curso de Pedagogia.

O que podemos perceber é que essas Portarias e Resoluções proporcionaram uma expansão de faculdades de Pedagogia com várias estruturas, principalmente do setor privado, bem como a criação de Curso Normal Superior.

Como foi dito anteriormente, o documento assinado pelas entidades ANPED, Anfope ANPAE e CEDES que foi enviado em 10/09/2004 ao CNE, contém uma proposta para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Pedagogia. Nele estão defendidas as seguintes teses:

1. A base do Curso de Pedagogia é a docência – uma vez que a especificidade da função do profissional da educação é a compreensão histórica dos processos de formação humana, a produção teórica e a organização do trabalho didático-pedagógico, a produção do conhecimento em educação. (FORUMDIR, 1998). O eixo dessa formação é o trabalho pedagógico escolar e não escolar, tendo na docência o seu fundamento, o elo articulador entre o pedagogo e aquele das áreas específicas.
2. O curso de Pedagogia, porque forma o profissional de educação para atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, é, ao mesmo tempo, uma Licenciatura e

um Bacharelado. São amplas as possibilidades de formação no curso de Pedagogia e todas se constroem sobre a base comum que lhes confere sentido e organicidade na ação docente. O recorte a ser efetivado, pelas instituições formadoras, está vinculado às condições de cada uma, bem como ao corpo docente qualificado e às áreas prioritizadas no Projeto Pedagógico.

Ainda nesse documento estão colocadas como áreas de atuação do pedagogo a docência na Educação Infantil, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e as disciplinas pedagógicas para a formação de professores; organização de sistemas, unidades, projetos e experiências escolares e não-escolares, produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, e áreas emergentes do campo educacional.

A estrutura curricular proposta deverá abranger um núcleo de conteúdos básicos considerados obrigatórios que façam a articulação entre teoria e prática; tópicos de estudos de aprofundamento e/ou diversificação da formação para atender as diversidades sócio-culturais e mudanças do mundo e estudos independentes com critérios definidos pela instituição formadora.

A duração mínima do curso deve ser de 4 anos, com exigência de 200 dias letivos e 3.200 horas. Para conclusão, o aluno deve produzir o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que pode estar relacionado às

experiências vivenciadas nas práticas de ensino, ou outras que sejam do interesse do aluno.

As discussões continuam e surge um Projeto de Resolução elaborado pelo CNE e enviado a todas as instituições que possuem o curso de Pedagogia. Segundo esse projeto, o curso de Pedagogia destina-se precipuamente à formação de docentes para a educação básica, habilitando para:

- a. Licenciatura em pedagogia – Magistério da Educação Infantil;
- b. Licenciatura em pedagogia – Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

No Art 7º desse projeto, consta que o curso poderá conduzir ao Bacharelado em pedagogia, visando ao adensamento em formação científica. No parágrafo 1º desse Artigo, são acrescentadas 800 horas a mais que a licenciatura, no caso do bacharelado. O grau de bacharelado será acrescido ao diploma de Licenciado em Pedagogia.

Em setembro de 2005, no VII Seminário Nacional Sobre a Formação dos Profissionais da Educação, foram apresentadas algumas considerações para a elaboração das Diretrizes Curriculares do Curso. No documento desse encontro, as áreas e atividades pertinentes à atuação dos egressos do curso de pedagogia são:

1. Docência na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e disciplinas pedagógicas para a formação de professores do ensino Normal; além do exercício de educação especial, de jovens e adultos,

do/no campo, indígena, remanescentes dos quilombos, em organizações não-escolares públicas ou privadas, e em áreas emergentes no campo sócio-educacional.

2. Gestão Educacional na perspectiva democrática, integrando as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico, em especial ao planejamento, à administração, à coordenação, à supervisão, à inspeção, à orientação educacional e avaliação em contextos escolares e não-escolares; e outras áreas no campo sócio-educacional.

Ainda nessa proposta, o perfil do curso de Pedagogia foi estabelecido como sendo um campo teórico-investigativo da educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social. E ainda, que através desse curso será construída a identidade do pedagogo como sendo um profissional inovador e criativo na sua atuação, capaz de analisar, compreender e lidar com as mudanças da e na vida social, no sistema educacional, na escola e no seu âmbito.

Em novembro, surge a Penúltima versão para ser divulgada, com vistas a sugestões para o último documento elaborado pelo CNE, o qual foi aprovado em 13/12/2005 pelo CNE/CP sob o nº 5/2005 .Esse documento traz no seu interior as Diretrizes do Curso de Pedagogia. Nesse parecer o curso de graduação em Pedagogia tem como objetivo formar o licenciado para exercer:

- a função docente, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- a função docente em cursos de Ensino Médio na modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
- Atividades complementares à docência, dentre outras:
 - organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, assim como funções próprias de técnicos de nível superior do setor da Educação;
 - planejamento, execução e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares;
 - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

Sabemos que o curso de Pedagogia em sua trajetória, passou a constituir, reconhecidamente um *locus* para pesquisa e desenvolvimento de teorias educacionais para a Educação Básica. Nesse documento, além da formação inicial, lhe é facultada a formação continuada para a docência, áreas de serviço e apoio escolar, e áreas em que são previstos conhecimentos pedagógicos, bem como, a gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino, programas e atividades educativas não escolares.

Nesse documento encontramos claramente, a ênfase numa sólida formação científico-investigativa, por meio de reflexão e ações críticas à

relação teoria-prática e interdisciplinar no transcorrer do curso. O fato é que já se tem experiências, nesse curso, que ao se diversificar a grade curricular para atender a todas as demandas sócio-econômicas que requerem os processos de ensino-aprendizagem, ocorre um esvaziamento de conhecimentos teóricos dentro dos conteúdos. De acordo com esse documento:

Merece, igualmente, destaque a exigência de uma sólida formação teórico-prática e interdisciplinar do Licenciado em Pedagogia, a qual exigirá, conforme mencionado anteriormente, desde o início do curso, a familiarização com o exercício da docência e da organização e gestão pedagógica, a participação em pesquisas educacionais, as opções de aprofundamento de estudos e a realização de trabalhos que permitam ao graduando articular, em diferentes oportunidades, idéias e experiências, explicitando reflexões, analisando e interpretando dados, fatos, situações, dialogando com os diferentes autores e teorias estudados. (CNE/CP nº: 5/2005 p.21).

O que se observa nesse documento norteador para o curso de Pedagogia é que a pluralidade de conhecimentos e saberes a serem apreendidos durante o processo formativo, se trabalhados na perspectiva de formar o pedagogo na área científico-investigativa, transpõem o tempo da sua formação inicial.

Também está claro nesse documento, a possibilidade de o licenciado em outro curso poder fazer uma especialização nas áreas pertinentes aos formados em Pedagogia. Isso também está permitido na Lei 9.394/1996, nos termos do art. 64, e no Parágrafo Único do art.67.

No Parecer 252/1969 era permitido a qualquer egresso de licenciatura, cursar uma das habilitações oferecidas pelo curso de

Pedagogia em 1100 horas. Atualmente, com as Diretrizes do curso, a proposta colocada é que o egresso das licenciaturas poderá, em curso de graduação em Pedagogia ou pós-graduação, formar-se para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica, sendo observada a experiência docente como pré-requisito para a formação e atuação profissional.

Pela falta de uma legislação que definisse o currículo desse curso, perfil dos seus egressos e seu campo de trabalho, é possível encontramos cursos de Pedagogia com diversas habilitações, numa clara pretensão de ajustar a formação desse profissional aos diversos campos de trabalho que a sociedade contemporânea apresenta.

Atualmente, com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de maio de 2006, ficou definido que o curso é licenciatura para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Essas Diretrizes também sinalizam que a formação desse profissional abrangerá planejamento, execução coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares.

A sua estrutura constituir-se-á de um núcleo básico em que será observada a aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade. Terá também um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos, de acordo com o projeto da instituição, que possibilitará conhecimento, vivência e atuação desse profissional em diferentes situações e instituições não-escolares.

De acordo com essas Diretrizes, o profissional de educação para atuar na área de planejamento, administração, inspeção, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação. Essa modalidade também será franqueada aos licenciados que tenham experiência docente, com uma carga horária de 400 horas. Na perspectiva dessas Diretrizes, o curso de Pedagogia formará o Pedagogo para atuar na educação formal e não formal.

No próximo capítulo será trabalhada a questão da atuação do pedagogo para o trabalho além da instituição escolar. Nessa perspectiva, estaremos novamente fazendo uma análise das novas Diretrizes para o curso de Pedagogia, numa busca de entender as possibilidades do pedagogo para desenvolver atividades educativas fora do processo de educação formal.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PEDAGOGO

É do conhecimento de todos que as mudanças de mercado econômico e de trabalho, bem como as mudanças tecnológicas vêm alterando a educação quanto aos seus paradigmas teóricos e metodológicos. No mundo inteiro existe uma preocupação com a educação e a formação docente. Isso tem provocado o desenvolvimento de pesquisas e a percepção de que o professor deve estar bem preparado no campo teórico-metodológico para lidar com os desafios do trabalho pedagógico na educação.

Nos momentos de transição histórica da sociedade, as mudanças atingem as relações sociais, econômicas, culturais, políticas e educacionais. Por causa dessas mudanças reforçam-se os processos de formação humana e conseqüentemente as concepções educativas que, na sociedade atual, devem trabalhar no sentido de desenvolver competências, competitividade, habilidades e empregabilidade.

Na sociedade atual, o conhecimento está associado à capacidade do sujeito em processar e selecionar informações com iniciativa e criatividade. Frequentemente encontramos leituras e discursos informando que estamos vivendo na sociedade do conhecimento e que se faz necessário uma

educação capaz de desenvolver habilidades cognitivas e competência social.

Segundo Drucker (1999, p. XVI), essa nova sociedade é a sociedade pós-capitalista que “irá usar o livre mercado como mecanismo comprovado de integração econômica,” cujo recurso econômico não será mais o capital, os recursos naturais e nem a mão-de-obra, mas o conhecimento.

E ainda, esse mesmo autor afirma que “o desafio econômico da sociedade pós-capitalista será a produtividade do trabalho com conhecimento e do trabalhador do conhecimento” (p. XVII). Nessa perspectiva, esse trabalhador necessita de conhecimentos para desenvolver com capacidade intelectual e com aptidão as suas atividades, uma vez que essa sociedade exige um profissional com uma boa formação que lhes proporcione conhecimentos e competências.

As organizações empregadoras – empresas privadas, estatais, agências governamentais e instituições sem fins lucrativos - também precisam se transformar em instituições de aprendizado e ensino. Esse é o desafio de todas as empresas e do sistema educacional seja na modalidade formal ou não-formal.

Devido à complexidade e multidimensionalidade do fenômeno educativo, fica difícil darmos uma definição exata do que seja educação. Contudo, não podemos entender educação apenas nos aspectos

antropológico, sociológico, ou psicológico, etc., isso seria um entendimento parcial e até compartimentalizado do fenômeno.

Para esse trabalho se faz necessário entender que o fenômeno educativo tem naturezas, aspectos e especificidades diferentes que variam de acordo com o contexto social, histórico, econômico, político e cultural em que se dá o processo de ensino-aprendizagem. Variam ainda conforme a formação acadêmica, experiência de vida como aluno e ser social. De acordo com Libâneo, (2000, p. 75) “Constituem-se, assim, os conteúdos de educação (conhecimentos, habilidades e procedimentos, valores) conforme contextos definidos de espaço, tempo, cultura e relações sociais”.

Quanto mais desenvolvida e complexa for a sociedade, maior será a influência que o processo educacional sofrerá. Com as transformações dos meios de comunicação e das relações do mercado de trabalho, a educação passa a ser vista “como um fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades” .(op.cit., p. 18).

As atividades educativas além de ocorrerem em vários ambientes e sob várias modalidades, apresentam-se de forma organizada intencional e não-intencional. Libâneo (Id., p. 134) afirma que as não intencionais “correspondem àquelas experiências culturais, assimiladas e reelaboradas na participação direta dos indivíduos na vida social”. As intencionais são as

que ocorrem de forma programada, sistemática e intencionalmente orientada, objetivando alcançar resultados previamente estabelecidos.

Para entendermos esses processos formativos se faz necessário definir o que seja educação formal, informal e não-formal. De acordo com Libâneo, (Ibd, p. 23) a educação informal não está ligada a uma instituição, nem é intencional e organizada,

corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano social, ecológico, físico e cultural.

A educação não-formal “seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação.” E a educação formal “compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática” (Ibid).

Ainda conforme esse autor, o fenômeno educação pode dar-se de forma não-intencional e intencional. A educação não-intencional é aquela que acontece através da convivência social, do trabalho, das relações familiares e são adquiridas independentemente da vontade do sujeito. A intencional, que pode ser formal e não-formal, ocorre através dos sindicatos, dos cursos de aperfeiçoamento, atividades escolares e extra-classe, ou seja, ela pode ter um objetivo previamente estabelecido e uma sistematização de conteúdos ou não.

Ao analisarmos os meios que influenciam o processo educacional, constatamos que a ação educativa não-intencional, não sistemática, não planejada é a que ocorre com maior incidência, e por ela ser abrangente, influencia o processo educacional na nossa sociedade.

Dada à importância do conhecimento, a educação deve ser prioridade em toda sociedade desenvolvida e principalmente, na sociedade em desenvolvimento econômico, pois ela significa a base da formação humana e a sustentação dessa sociedade. O ensino deve ser de alto nível e adequado à realidade sócio-econômico para desenvolver no indivíduo a capacidade de aprimorar o aprendizado continuamente.

Um outro importante aspecto dessa sociedade contemporânea é que o processo educativo não está mais restrito à formalidade, ao espaço escolar. O espaço educativo é um espaço aberto, se estende a todo contexto social o qual requer dos profissionais da educação mais criatividade para desenvolver habilidades, competências e potencialidades. Daí precisarmos “potencializar o educador para o principal desafio que se lhe coloca hoje, que é o de *produzir novas potencialidades* [...]” (RIVERO; GALLO 2004 p.13).

Para inserção no mundo do trabalho, o indivíduo deve estar capacitado de conhecimento, não apenas técnico-científico, mas ser capaz de identificar oportunidades e gerar novos conhecimentos. Nessa perspectiva, a competitividade, seja individual ou coletiva, passa a ser um

ideário forçando a aquisição “[...] de competências desejadas pelos homens de negócio no mercado empresarial, permanentemente renováveis, cuja certificação lhe promete empregabilidade” (RAMOS, 2001, p.68).

A competência profissional exigida nessa sociedade está associada à capacidade de o sujeito desempenhar-se satisfatoriamente em situações reais de trabalho onde são mobilizados recursos cognitivos, habilidades e conhecimentos específicos. Nesse aspecto, a competência profissional é considerada como fator de produção quando está associada a uma especificidade, à capacidade de se relacionar com o outro no trabalho coletivo.

No cenário dessa sociedade, as relações entre as propostas educacionais e o mercado de trabalho tornaram-se mais complexas. Primeiramente pela rapidez das transformações tecnológicas e o mercado econômico e depois, entre os projetos educacionais e o mundo do trabalho. É sobre essa temática que se vislumbra o vasto campo de atuação do pedagogo nessa sociedade.

2.1 O Pedagogo na educação formal

Como foi observado no capítulo anterior, o curso de pedagogia foi criado para formar o técnico em educação, o professor da escola Normal e tinha também a incumbência de oferecer a formação pedagógica aos licenciados. Desde a sua criação, a característica básica do curso de

Pedagogia é a formação de seus profissionais para atuarem na escola, ou seja, na educação formal. Por isso, até hoje o pedagogo tem se caracterizado mais como um profissional para atuar na escola como diretor, supervisor e coordenador.

Sabemos que o processo educativo com suas características não é uma preocupação apenas da atualidade, podemos encontrar na história da humanidade a preocupação em educar na perspectiva de reproduzir e difundir a cultura. As pesquisas teóricas sócio-culturais e educacionais sobre o processo de ensino-aprendizagem vêm comprovar que ele não ocorre de forma isolada do contexto social, político e econômico. Ele é um produto determinado pelos interesses e pelas relações sociais. E para entender esse processo educativo da sociedade atual se faz necessário saber que ele acontece em todos os momentos e contextos da relação humana.

Embora não seja objetivo desse trabalho a formação e prática do pedagogo para a educação formal, achamos necessário trazer algumas referências, pois que, no desenvolvimento desse trabalho as atividades desenvolvidas pelo pedagogo na educação não-formal terão semelhanças com a sua atuação na educação formal.

De acordo com o Art. 64 da LDBEN nº 9.394/96, será no curso de Pedagogia ou em pós-graduação, que se dará a formação de profissionais para atuar na administração, em planejamento, inspeção e orientação educacional na Educação Básica. As Diretrizes, CNE/CP nº1 de maio de 2006, para o curso de Pedagogia, assegura que essa formação não será

uma habilitação, mas área de conhecimento que possibilitará ao egresso desse curso atuar como gestor, inspetor e orientador, e que por sua vez essa formação está acessível a todos os licenciados.

As Diretrizes para o curso de Pedagogia definem a docência como ação educativa, com processo pedagógico metódico e intencional. Nessa perspectiva, a formação do pedagogo está mais voltada para a educação formal e o trabalho pedagógico para a escola. Ainda nessas Diretrizes, o Art. 2º, caracteriza-o como licenciatura para a Educação Infantil, para as séries iniciais do Ensino Fundamental, para o Ensino Médio modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional. Acreditamos que seja importante que as atividades desenvolvidas na escola tenham a atuação de um profissional capaz de articular com competência o trabalho na Educação Básica.

A perspectiva de formação docente que a sociedade contemporânea vem requerendo, é de que esse sujeito tenha um conhecimento profundo das teorias pedagógicas, que saiba planejar, executar e avaliar atividades educativas coerentes com o contexto social, político e econômico.

As atividades pertinentes ao pedagogo são a organização sistemática do processo de ensino-aprendizagem, o planejamento da aprendizagem do saber sistematizado e das atividades pedagógicas acessórias que darão a garantia da aprendizagem do conteúdo científico e da cultura erudita.

Na perspectiva da educação formal, cabe ao pedagogo o processo de organização e gestão dos sistemas educacionais e das unidades escolares,

a elaboração da proposta pedagógica num trabalho de equipe e a capacitação dos professores. Não podemos esquecer que a atuação do pedagogo como educador, inserido na escola, tem como responsabilidade a articulação dos pais, comunidade escolar e extra-escolar no cotidiano da escola e dos alunos, como está colocado no Guia de Indicadores da Qualidade da Educação (BRASIL, 2004).

Podemos perceber que os aspectos pedagógicos permeiam todas as relações humanas, daí ser necessário que esse pedagogo detenha um conhecimento científico, filosófico e técnico-metodológico que o habilite para atuar de forma adequada na realidade em que se insere. E, para isso, o curso de Pedagogia precisa oferecer a esse profissional uma base teórica - científica, uma qualificação para ele atuar nos vários campos educativos dentro e fora do sistema formal e atender as demandas sócio-educativas.

Na perspectiva desse trabalho, acreditamos ser necessário apresentar a diferença entre o trabalho pedagógico, pedagogia e o pedagogo. De acordo com Libâneo (2000) o conceito de uma prática e de uma ação como pedagógica é a direção de sentido, o rumo que se dá às práticas educativas. Os objetos do pedagógico, que se configuram na relação entre os elementos da prática educativa são: o educador, o sujeito que se educa, o saber e os contextos em que ocorrem essa relação. Nesse aspecto, podemos dizer que se as manifestações do processo educativo são extensas, também são abundantes as modalidades do trabalho pedagógico.

Já a Pedagogia é considerada um campo de investigação e reflexão sobre as teorias e a prática do processo de ensino-aprendizagem, e seu campo de estudo se dá na ação educativa, através de suas problemáticas e de seus elementos, tais como o professor, o meio ambiente, o aluno, o contexto sócio-político e econômico. Nessa perspectiva, Libâneo coloca que pedagogia.

[...] é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração humana (2000, p.22).

A formação humana requer um profissional que seja capaz de refletir, analisar e pesquisar situações de ensino-aprendizagem coerente com os mais diversos contextos que se apresentam na sociedade atual. Sendo assim, como o “pedagogo é o profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações”. (id.,apud, PIMENTA, 2001, p. 116-117) acreditamos que ele seja o profissional mais habilitado para atuar nos ambientes educativos da sociedade.

O que podemos afirmar é que “os processos educativos ocorrentes na sociedade são complexos e multifacetados, não podendo ser investigado à luz de apenas uma perspectiva e, muito menos, reduzido ao âmbito escolar”.(LIBÂNEO, 2000, p.18)

2.2 O Pedagogo na Educação não-formal

Não temos muita literatura sobre o trabalho do pedagogo fora da instituição escolar, quando a encontramos, sua abordagem é praticamente empresarial. Não é apenas nesse campo – pedagogia empresarial - que esse trabalho pretende caminhar. Acreditamos que ao reduzir a formação do pedagogo para atuar apenas na escola ou empresa, estamos limitando sua formação e o campo de atuação profissional.

Tomando como referência os critérios de formação e empregabilidade postos pela sociedade contemporânea, o pedagogo dispõe de uma vasta área de atuação, seja ela nas instituições de ensino, organizações governamentais e não-governamentais e empresas dos mais diversos setores. Nessa perspectiva, o trabalho do pedagogo tem como característica o diagnóstico, a identificação de necessidades no processo de ensino-aprendizagem, a indicação de metodologias adequadas, planejamento, acompanhamento e avaliação da ação educativa, para que tenham coerência com o ambiente em que se dará e com o mercado econômico e profissional.

Podemos dizer com isso que o pedagogo pode atuar em todas as áreas que requerem um trabalho educativo. Mas para atuar nesse novo contexto da sociedade, não basta ser formado em Pedagogia, é necessário buscar outros conhecimentos que dêem condições de desenvolver seu trabalho em qualquer instância da sociedade. Isso se faz necessário pelo

fato de que o contingente dos pedagogos para o mercado de trabalho é originário de cursos em que a base curricular é a formação docente e atividades para a instituição escolar ou sistema escolar.

Um outro aspecto dessa sociedade é a formação em serviço. É aí que se encontra o maior desafio social, econômico e educacional da sociedade atual, a preparação de trabalhadores em serviço. Esses trabalhadores necessitam de conhecimentos para garantir sua empregabilidade, e por outro lado, as organizações necessitam investir nessa formação para manterem seu *status quo* no mercado.

É a intelectualização do processo produtivo que tem levado todos os setores do mercado de trabalho a exigir novas habilidades, maior capacidade de conhecimento e ação analítica, crítica, reflexiva e flexível dos trabalhadores de todo escalão.

Segundo Drucker (1999), as sociedades pós-capitalistas são desestabilizadoras porque estão sempre em mudança e em competição pelo seu principal recurso: pessoas qualificadas, bem informadas e dedicadas à sua auto-aprendizagem. Essas mudanças impõem uma reestruturação das ocupações, as quais exigem do trabalhador uma polivalência de saberes que podem ser adquiridos através da qualificação e requalificação.

De acordo com Ramos (2001, p.60), a Organização Internacional do Trabalho compreende,

[...] a qualificação como a capacidade potencial do trabalhador de realizar atividades de trabalho e a competência como alguns aspectos de acervo de conhecimentos e habilidades dessa capacidade potencial.

Competência também pode ser entendida como conhecimentos, habilidades, destrezas, compreensão e atitudes. Nesse aspecto competência,

É concebida como o conjunto de saberes e capacidades que os profissionais incorporam por meio de formação e da experiência, somados à capacidade de integrá-los, utilizá-los e transferi-los em diferentes situações profissionais (Ibid, p.79).

É bem verdade que formar esse trabalhador e desenvolver competências não é uma tarefa simples. Isso requer análise de uma realidade complexa, mutável e instável como o mercado econômico e de trabalho. O que podemos entender é que essa área de atuação vai exigir mais do pedagogo, pois, como podemos observar a realidade educacional de uma organização ou empresa é complexa e diversificada.

Nesse aspecto, o ato de avaliar e planejar o processo de ensino-aprendizagem na instituição não-escolar requer o uso de métodos e técnicas que possibilitem uma análise, avaliação de habilidades e competências que não se restringem apenas ao conhecimento, mas especialmente às relações interpessoais.

O pedagogo para trabalhar no âmbito não-formal, deve ainda ser capaz de articular com valores humanos, com os sistemas de comunicação,

com as relações interpessoais, com currículos, práticas pedagógicas, avaliação e planejamento em contextos diversos. Deverá estar capacitado para trabalhar com as mudanças tecnológicas e de mercado econômico, bem como com a gestão do conhecimento.

Não podemos esquecer que nesse tipo de atividade o pedagogo necessita refletir constantemente sobre seu trabalho, buscando estar sempre atualizado tanto em conhecimentos específicos da área educacional, quanto pesquisando sobre as necessidades da área em que está atuando. Isso é o que fará a diferença e proporcionará sua empregabilidade.

São essas mudanças tecnológicas, do mercado econômico e do mercado de trabalho, que acarretaram o aumento da demanda de pedagogos para desenvolver trabalhos que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. Isso, porém, nos suscita muitas questões e preocupações: será que os cursos de Pedagogia estão formando pedagogos capazes de enfrentar e corresponder a esses desafios?

Diante dessa realidade mutável da sociedade tecnológica e da informação, a educação se tornou a mola mestra para o desenvolvimento sócio-econômico e do mercado de trabalho. Daí, percebermos que existe um vasto campo para atuação de profissionais da mais variada formação acadêmica. Nesse aspecto, questionamos como então trabalhar com metas que requerem o processo de planejamento da área pedagógica, métodos e técnicas do ensino e avaliação? Como os profissionais que atuam em áreas

que desenvolvem ações de ensino-aprendizagem podem desconhecer as teorias pedagógicas?

Esse novo campo que viabiliza a atuação do pedagogo é multidisciplinar e temos conhecimento de que não existe em curso superior, exceto os que formam o licenciado, uma formação pedagógica. Daí, não vemos como prescindir a presença do pedagogo, pois cabe a ele a tarefa de proporcionar, com seus conhecimentos pedagógicos, a esses profissionais fazerem a relação teórico-metodológica do planejamento à avaliação.

Nesse trabalho, o foco da pesquisa é o contexto não-escolar e para entendermos esse contexto é necessário ampliarmos o conceito de educação. Para isso recorreremos a Brandão (1981 apud, LIBÂNEO, 2000, p. 18) quando ele afirma que,

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender; para ensinar; para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

Esse conceito vem confirmar que a educação ocorre em muitos lugares e sob várias modalidades, o que vem proporcionando uma grande diversidade de atividades educativas, sejam elas formais, informal ou não-formais. Porém, para desenvolver ação educativa consciente é necessário que os profissionais tenham conhecimento das teorias pedagógicas, aspecto

pouco conhecido ou, algumas vezes, totalmente desconhecido por muitos profissionais que atuam em contextos educativos não-escolares.

É necessário, pois, destacarmos a importância da formação de profissionais da educação para atuar em contextos não-escolares tão diversificados. Libâneo, (2001, apud, PIMENTA, p.60) coloca que “toda educação corresponde a uma pedagogia, também há uma diversidade de trabalhos pedagógicos para além das atividades de educação escolar e ensino”. O que podemos entender com isso, é que o trabalho pedagógico é toda ação educativa e essa permeia todos os campos da sociedade.

A atuação do pedagogo em contextos não-escolares é uma realidade no Brasil. Já existem cursos de Pedagogia que trabalham conteúdos que proporcionam subsídios para o exercício de funções pedagógicas nos contextos sócio-culturais e de trabalho; ou seja, não-escolar. É importante colocar que essa participação pedagógica também exige uma preparação sistemática e qualificada. O que isso significa? Significa que não é apenas no curso de formação inicial que se dará essa qualificação, a graduação deve abordar conteúdos que sejam a base para uma formação continuada, cabendo ao pedagogo especializar-se em áreas que queira atuar.

A mentalidade do mercado econômico e profissional já percebe que uma organização bem sucedida tem consciência da importância de se investir na educação quanto à formação e qualificação de seu quadro de profissionais. Nessa perspectiva há uma tímida aceitação do trabalho do

pedagogo. Mas para ele desenvolver atividades educativas nesse âmbito, é necessário redimensionar a formação desse profissional desde a sua graduação. Quanto ao pedagogo, cabe-lhe enfrentar desafios que não são aqueles para os quais foi formado.

2.3 A contribuição do pedagogo em espaços não-formais

O campo da atividade pedagógica não-escolar é extenso e o pedagogo é um profissional que pode atuar em várias instâncias em que se faz necessária a prática educativa, seja ela direta ou indiretamente. Essas práticas são multidimensionais, estão ligadas a processos de transmissão e assimilação de conhecimentos previamente definidos e à visão de formação humana dentro do seu contexto social e funcional.

Pela complexidade e diversidade da ação educativa que permeia a sociedade, concordamos com Libâneo (apud, PIMENTA, p.69) quando coloca que há “razões suficientes para se postular a existência de um curso de estudos pedagógicos específicos e, ao mesmo tempo, de cursos também específicos referentes a desdobramentos das várias modalidades de exercício pedagógico”.

Esse autor quer destacar a importância do curso de Pedagogia e de uma formação profissional, que habilite o pedagogo quanto ao campo investigativo do fenômeno educacional. Acreditamos que para atuar nessa

modalidade de trabalho não-escolar, seja necessário um estudo que possibilite o desenvolvimento de habilidades e competências desse profissional, ao mesmo tempo que desmistifica a idéia de que sua atuação só pode ser concebida no espaço escolar.

As atividades que esse profissional pode desenvolver nos contextos da educação não-escolar, são ao mesmo tempo: investigativas, quando buscam um diagnóstico do campo e realidade em que se dará o processo de ensino-aprendizagem; explicativa da prática pedagógica, ao estabelecerem métodos e técnicas de acordo com a realidade na qual se dará o fenômeno educativo.

Conforme Beillerot (apud, LIBÂNEO, 2000, p.51), a sociedade contemporânea é uma sociedade pedagógica com muitos campos de atuação. A partir dessas suas indicações, podemos entender que a ação do pedagogo possui duas áreas: a escolar e a não-escolar. A atuação do pedagogo escolar está voltada à docência e a do pedagogo especialista para ação educativa escolar (como planejador, coordenador, gestor, supervisor, orientador e inspetor) e como especialista para as atividades pedagógicas não-escolares. Nas atividades não-escolares ele pode atuar como: formador, animador, instrutor, organizador, técnico, consultor e orientador de atividades pedagógicas não-escolares, e ainda como formadores ocasionais que estão ligados a atividades de transmissão de saberes e técnicas ligadas a outras atividades especializadas.

Os campos de atuação do pedagogo na visão de Pimenta e Libâneo (2002, p.33) são “as escolas e os sistemas escolares; os movimentos sociais; as diversas mídias, incluindo o campo editorial; as áreas da saúde; as empresas; os sindicatos e outros que se fizerem necessários”. E as atividades a serem desenvolvidas por esses profissionais são:

[...]gestão e formulação de políticas educacionais; organização e gestão de sistemas e de unidades escolares; de projetos e experiências educacionais; de planejamento; coordenação, execução e avaliação de programas e projetos educacionais, relativos às diferentes faixas etárias (crianças, jovens, adultos e terceira idade); na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional e outras (Ibid).

O campo de atividade não-escolar é extenso e complexo para o pedagogo, principalmente se considerarmos a variedade do campo educativo e os níveis de atuação no que se refere às políticas educacionais. Quando esse profissional elaborar, coordenar e avaliar projetos educacionais, é necessário que ele esteja inteirado da realidade sociocultural e econômica do campo onde se dará o processo educativo e que perceba as suas peculiaridades complexas e multifacetadas.

No contexto atual, já encontramos pedagogos desenvolvendo atividades educativas nos diversos segmentos da sociedade. Nos movimentos religiosos, sociais e organizações comunitárias, os pedagogos atuam em planejamento, coordenação e execução de projetos educacionais que envolvem programas de saúde, meio ambiente e a cultura, abrangendo todas as faixas etárias, bem como a capacitação de grupos de multiplicadores.

Na saúde, o pedagogo atua com planejamento e execução de programas de orientação e educação preventiva que envolve a mídia falada e escrita; em hospitais, em acompanhamento e reforço escolar, com atividades lúdicas para entretenimento de crianças hospitalizadas por longo período.

Nas empresas, o campo para o pedagogo já está muito difundido, e muitas empresas vêm construindo o seu próprio corpo docente e/ou contratando empresas de consultoria. É pertinente ao seu trabalho, o desenvolvimento e a coordenação de projetos educacionais voltados para a divulgação de produtos, produção e comunicação na mídia; elaboração de programas de avaliação de desempenho; pesquisa, análise e seleção de cursos e projetos a serem adotados pela empresa; orientação de funcionários para os cursos ministrados; trabalho com a cultura organizacional junto aos funcionários, quanto aos seus valores e objetivos, além da organização de atividades dos estágios profissionais em ambientes diversos.

Nos sindicatos, o pedagogo atua no planejamento, coordenação e execução de projetos de educação formal, de qualificação e requalificação na perspectiva de empregabilidade dos seus associados no mercado de trabalho.

No aspecto do trabalho com turismo, o pedagogo pode, em conjunto com guias turísticos, desenvolver atividades educativas que visem não

apenas o conhecimento da localidade, mas a sua história e cultura, na perspectiva de aprender sobre o multiculturalismo e a valorização das diversidades culturais e consciência da preservação ecológica.

Já se tem conhecimento do pedagogo inserido em atividades educacionais ligadas aos museus. Cabe a ele desenvolver, em equipe interdisciplinar, estratégias educativas que proporcionem aos visitantes compreender a importância da memória cultural e sua relação com a atualidade.

O pedagogo pode ainda trabalhar em clubes recreativos com diversas faixas etárias, em colônia de férias, educação urbana, educação para o trânsito, educação ambiental, em instituições culturais, bibliotecas, oficinas artísticas e outras áreas da sociedade que requerem o trabalho de planejamento, coordenação e execução de atividades que visam à educação e à formação humana.

Como podemos perceber em todo o campo educativo, seja ele formal ou não-formal, o trabalho do pedagogo é multidisciplinar. Embora o campo de atuação seja convergente na questão de planejamento, métodos e técnicas do processo de ensino-aprendizagem, eles são diferentes no que diz respeito à problemática e às realidades em que se dá esse processo; aos objetivos que se quer atingir, e ao modo de atuar e planejar a ação educativa.

O que caracteriza a presença do pedagogo nesses contextos é a conscientização de que com a globalização e o mercado competitivo, os sujeitos precisam estar em aprendizado contínuo. No momento, o mercado de trabalho não está preocupado apenas com a capacidade física do trabalhador, mas com sua capacidade intelectual. Daí requer do trabalhador uma maior habilidade para o trabalho em equipe, conhecimentos, criatividade e capacidade para solucionar problemas.

Em razão disso, o pedagogo está sendo solicitado a responder pelo processo de ensino-aprendizagem, nos diversos contextos sociais, a contribuir com o desempenho humano e o desenvolvimento da sociedade, tendo como foco atingir a lucratividade. Mas para isso ele necessita de uma formação mais adequada. Conforme Libâneo (2001, p.106)

A formação do pedagogo, educador por excelência, que denomino de cientista educacional, deve se realizar em curso próprio e absorver toda complexidade de seu objeto de estudo, qual seja, a complexidade e dinâmica da práxis educativa.

Libâneo considera a ação educativa complexa e dinâmica, uma vez que ela envolve aspectos sociais, econômicos, culturais, cognitivos, afetivos etc.. Na sua concepção o curso de Pedagogia é o *locus* para a formação do educador, sujeito que possui conhecimento, competência e habilidade para planejar, desenvolver e avaliar o processo de ensino-aprendizagem em qualquer contexto onde está ocorrendo a ação educativa.

Essa peculiaridade e complexidade de atuação dos pedagogos exigem formação com uma base que lhes dê condições de atuar nessas áreas da educação não-formal, em situações de ensino-aprendizagem, as mais diversas. Essa realidade para Libâneo (2000, p.53),

[...] justifica a necessidade de formação de profissionais da educação não diretamente docente. Ou seja, níveis distintos de prática pedagógica requerem uma variedade de agentes pedagógicos e requisitos específicos de exercício profissional que um sistema de formação de educadores não pode ignorar.

Compreendemos que a ação educativa permeia toda a sociedade, e que ela não deve ser restrita à docência. Na concepção desse autor, o curso de Pedagogia oferece aos seus profissionais uma formação e possibilita atuação, que além de ser mais abrangente no aspecto teórico-científico, lhe permite colaborar com o processo de ensino-aprendizagem em interação com outros profissionais, criando condições para a eficácia do planejamento e ação educativa.

2.4 A Formação do pedagogo a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais

A partir da década de 80 o curso de Pedagogia passou a constituir-se num importante *locus* para a formação de professores para a Educação Básica. Foi reconhecidamente a instituição de ensino superior com condições de formar o professor para a Educação Infantil e para as séries iniciais do Ensino Fundamental bem como, para a formação de professores

para curso Normal. Ainda nesse período o curso de Pedagogia forma o pedagogo para atuar nas habilitações Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional. A partir da LDBEN/96, cabe ao curso de Pedagogia a formação dos profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica (Art. 64).

Atualmente, com as Diretrizes de 15/05/2006, o curso de Pedagogia toma outro formato. Passa a ser um curso de Licenciatura em Pedagogia, destinado à formação de professores da Educação Infantil, das séries iniciais do Ensino Fundamental, curso de Ensino Médio na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e outras áreas que exigem o conhecimento pedagógico (Art. 2º).

No Art. 14 dessas mesmas Diretrizes, a formação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica poderá ser realizada em cursos de pós-graduação e será facultada aos licenciados em geral, mediante a comprovação de experiência em docência. Analisando essa formação podemos confrontá-la com o que traz o Parecer nº 252/1969, o qual propõe que a formação do especialista em educação será possível àqueles que tiverem cursado qualquer licenciatura, mediante uma complementação de carga horária, e comprovação de experiência docente.

A proposta de formação no curso de Pedagogia para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental a partir dos anos 80, parece

ter influenciado na elaboração dessas Diretrizes. Nessa perspectiva, o curso que temos hoje está mais voltado para a docência e considera que as atividades docentes também compreendem participação na organização de sistemas e instituições de ensino.

Mediante o proposto por essas Diretrizes, o que podemos observar é que o curso de Pedagogia não foi concebido como um *locus* para estudos e pesquisa dos assuntos educacionais, uma vez que na formação dos seus profissionais é mais contemplado o fazer pedagógico. Podemos observar isso em seu Art. 6º quando propõe um núcleo de estudos básicos em que deverá ser realizado, por meio de reflexão e ações críticas da realidade e literatura educacional. Porém, observando sua linguagem nela está bastante clara a aplicação da ação docente.

Nessa perspectiva percebemos que a concepção de curso para a pesquisa e estudo das teorias educacionais para respaldar a prática educativa, nessa proposta de Diretriz não foi atingida, principalmente por compreender a Pedagogia como docência. De acordo com Libâneo 2002 (In. PIMENTA, 2002, p. 63) a Pedagogia “é um campo de conhecimento; diz respeito ao estudo e à reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo”. Em todo texto das Diretrizes do curso de Pedagogia não está claro como se dará a pesquisa, o que nos parece é que também ela está relacionada ao significado de docência explicitado por esse documento.

No artigo 5º Inciso XIV, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a realizar pesquisa que proporcionem conhecimentos sobre a realidade socioculturais, sobre seus alunos e suas experiências não escolares, sobre currículo, sobre o processo de ensinar e aprender etc., porém não explicita como será conduzida essas pesquisas.

De acordo com essas Diretrizes, esse curso terá uma carga horária de 3.200 horas sendo que 2800 horas serão dedicadas às atividades formativas, 300 horas dedicadas ao estágio prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, contemplando outras áreas específicas, se for o caso, e conforme o projeto pedagógico da instituição e 100 horas de atividades teórico - práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse do aluno. A questão agora é compreender como esse curso poderá, com a quantidade de conteúdos e saberes a serem apreendidos pelos seus egressos, com uma carga horária de 3.200 horas proporcionar uma sólida formação teórico-científica e principalmente formar um pesquisador.

No contexto das Diretrizes do curso de Pedagogia o campo de trabalho não formal para o pedagogo, se já era uma polêmica nos documentos legais desde a sua criação, hoje está complicada de se concretizar, uma vez que a formação docente é a base do curso, como podemos ver no Art. 2º.

Observamos que ainda não existe uma clareza quanto às atividades que o pedagogo pode desenvolver fora do contexto da educação formal

nessas Diretrizes. A ênfase está na capacitação do pedagogo para desenvolver um trabalho em instituição escolar. O que podemos perceber é que existe um distanciamento do pedagogo em relação ao mercado de trabalho não-escolar e do contexto não-formal. Mesmo quando o seu Art. 4º parágrafo único, considera que

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional em contexto escolar e não escolar (BRASIL, 2006).

Por essa colocação das Diretrizes, podemos perceber que a formação do pedagogo está mais voltada para métodos e práticas pedagógicas; e que a atuação não formal para o pedagogo é secundarizada. Isso fica claro quando ela é considerada uma atividade complementar à docência.

É interessante observar a abertura que os termos utilizados pelos relatores desse documento permitem diferentes interpretações, e perceber o quanto eles se contradizem e são ambíguos, principalmente quando tenta explicitar a formação e a ação do pedagogo para atuar em contextos fora da escola. Mesmo porque, quando considera processos educativos não-escolares, deixa claro que a formação e atuação do pedagogo podem ser nas instituições de ensino ou fora delas, mas num processo de educação formal.

Analisando as Diretrizes sobre a questão do estágio na formação do pedagogo, mais uma vez a ênfase é a docência e gestão educacional de instituições de Educação Infantil prioritariamente, séries iniciais do Ensino Fundamental, em disciplinas pedagógicas do Ensino Médio na modalidade Normal, e de Educação Profissional. Mesmo quando tenta esclarecer que o estágio deve ser realizado em ambientes escolares e não-escolares, a intencionalidade do texto é educação formal.

O que fica claro através desse documento, é que mais uma vez, na formação do pedagogo, é observada apenas sua atuação em escola, na educação formal. A formação e campo de trabalho não formal para o pedagogo não são considerados nessas Diretrizes. Todo esse impasse em não deixar explicitada a formação do pedagogo para contexto não formal vem prejudicando a sua inserção nesse mercado de trabalho. Esse espaço existe, mas vem sendo ocupado por outros profissionais.

Enquanto a sociedade e o mercado de trabalho entendem que em todos os espaços existe o processo educativo, não é concebível que uma legislação que tem como objetivo estabelecer a formação e atuação do pedagogo limite-as à educação formal e ao espaço institucional. A impressão que nos dá é de que há um desconhecimento ou mesmo, um conceito de que as atividades educativas que extrapolam o contexto instrucional de ensino formal seja uma atividade pretensamente pedagógica.

Entretanto, entendemos que essa possibilidade de trabalho educativo tão diversificado como o que ocorre na educação não-formal, não seja possível de ser desenvolvida em uma graduação. Porém, visto ser a graduação o período de obtenção da base teórico - científica do processo educativo, é imprescindível que seus conteúdos possibilitem a esse profissional, em curso de pós-graduação, especializar-se nas atividades educativas não-formais.

No próximo capítulo trataremos sobre a atuação desse profissional fora da escola bem como as razões que levaram a sua inserção nessa atividade. Buscaremos, através de entrevistas com pedagogos, caracterizar o seu campo de trabalho fora da escola, as atividades desenvolvidas, seu significado para o órgão empregador e para o mercado de trabalho.

CAPÍTULO III

A atuação do pedagogo o em espaços não-formal: análises das informações

Nos capítulos anteriores foi apresentado o percurso histórico da formação do pedagogo no Brasil, suas legislações, as discussões pela definição das diretrizes desse curso e o seu campo de atuação na educação não-formal.

Nesse capítulo apresentamos os resultados obtidos na pesquisa de campo com pedagogos que atuam em instituições não escolares. Mediante as dificuldades apresentadas pelos entrevistados, apontaremos competências e habilidades necessárias para a formação do pedagogo capaz de desenvolver estudos e pesquisas sobre o fenômeno educativo, relacionados à ciência pedagógica na sua multidimensionalidade.

3.1. Caminhos da investigação

Não foi uma tarefa fácil realizar essa pesquisa, pois não faz parte da cultura administrativa das Instituições dos vários segmentos do sistema econômico e social no Estado, a inserção do pedagogo, uma vez que esse campo de atuação e formação é recente no Brasil.

No primeiro contato para a entrevista, os pedagogos quiseram saber se eram muitos os entrevistados, uma vez que no conhecimento deles, a área de atuação não-formal para o pedagogo ainda é pouco desenvolvida no mercado de trabalho local.

Um outro ponto desse trabalho que despertou alguns questionamentos por parte dos entrevistados foi sobre a temática a atuação do pedagogo na educação não-formal. Observamos que na concepção deles, o fenômeno educativo tem as mesmas características na organização e métodos da ação educativa. Isso demonstrou certo desconhecimento da parte deles quanto as possibilidades e extensão de trabalho que o pedagogo pode desenvolver nos diferentes espaços, bem como, suas diferentes peculiaridades.

No desenvolvimento desse trabalho, optamos pela pesquisa qualitativa, que segundo Michalet, 1987 (In: PARO, 2000, p.22),

numa pesquisa qualitativa, só um pequeno número de pessoas é interrogado. São escolhidas em função de critérios que nada têm de probabilistas e não constituem de modo algum uma amostra representativa no sentido estatístico. É, sobretudo, importante escolher indivíduos os mais diversos possíveis.

Na perspectiva do conceito de Michalet, foi escolhido como sujeitos da pesquisa um pequeno número de pedagogos que atuam em diferentes instituições, desenvolvendo diversas e diferentes funções.

Objetivando chegar ao foco dessa pesquisa, foi utilizada a técnica de entrevista, composta de um questionário semi-estruturado para que o entrevistado se situasse quanto aos aspectos da pergunta e não fugisse do assunto. Nessa perspectiva fizeram parte do questionário as seguintes perguntas:

1. Por qual Instituição você foi graduado?
2. Em que ano e habilitação você se formou?
3. Há quanto tempo atua na educação não-formal?
4. Quais os tipos de atividades que você está desenvolvendo nesse campo profissional?
5. No desenvolvimento das atividades sentiu alguma dificuldade? Quais?
6. O conhecimento e experiências adquiridos na graduação deram suporte para a superação dessas dificuldades?
7. O que faltou na grade curricular do seu curso que hoje você percebe?
8. Como você foi recebido nesse campo em que trabalha?
9. Como é visto o seu trabalho?
10. Como você se sentiu para desenvolver essa atividade?
11. Como você considera esse novo espaço que está surgindo para o pedagogo?

Embora saibamos que nesse tipo de pesquisa não é possível a neutralidade do pesquisador, mas tivemos o cuidado de primar pela fidelidade e respeito em relação aos posicionamentos e às respostas dos

entrevistados. Por isso, escolhemos expor o conteúdo das entrevistas, também por ser coerente com os parâmetros da pesquisa qualitativa.

3.2 Os sujeitos da pesquisa

No processo de descrição das perguntas, houve um acordo para não haver identificação do entrevistado com suas respostas e nem o setor onde atuam. Acreditamos que essa proposta do anonimato favoreceu para que eles, em alguns momentos das entrevistas se colocassem integralmente, colaborando inclusive com aspectos que só vieram enriquecer a pesquisa e a redação desse capítulo.

A amostra da pesquisa foi constituída por nove pedagogos, que trabalham em Instituições não governamentais, governamentais, Cooperativas, Instituições ligadas ao Comércio e às Indústrias e Sindicatos. Não houve critério específico para a escolha desses pedagogos, embora a proposta fosse buscá-lo em diversas atividades e campo de trabalho.

Os pedagogos envolvidos nessa pesquisa desenvolvem atividades como: capacitação de professores para a Educação de Jovens e Adultos; planejamento educacional e acompanhamento do processo de aprendizagem de crianças em situação de risco; planejamento educacional para formação do cidadão e conscientização da comunidade, além da capacitação de gestores educacionais para continuarem com programas de

educação do cidadão e desenvolvimento de atividades de coordenação e em recursos humanos.

No desenvolvimento do trabalho de pesquisa achamos importante sabermos as razões que levaram a instituição contratar esses pedagogos. O objetivo era saber, através das respostas, qual o grau de relevância do pedagogo e as atividades desenvolvidas por ele.

3.3 Sistematização do questionário

Apresentaremos a seguir as respostas obtidas quando da aplicação do questionário. Iniciamos com as perguntas *Por qual Instituição você foi graduado? Em que ano e habilitação você se formou?*

A razão dessas questões teve como objetivo situar a formação desse pedagogo a partir dos projetos pedagógicos das instituições, observando as propostas pedagógicas e as condições para desenvolverem as atividades na educação não-formal.

Entre os nove pedagogos entrevistados, apenas um foi graduado pelo CESMAC em 1995, cujo curso é de bacharelado compreendendo as habilitações de Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional. Esse curso também habilita os seus egressos para atuarem como professor das disciplinas de Fundamentos da Educação no Ensino Médio na modalidade Normal.

Os outros entrevistados foram graduados pela UFAL entre 1983 e 2000 e suas habilitações estão na área de Administração Escolar, Orientação Educacional, formação de professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental e Coordenação Pedagógica. É necessário esclarecer que esse curso de Pedagogia, no período que compreende a formação dos entrevistados, passou por grandes reformulações. Nessa perspectiva o curso passou a formar o professor de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, professores das disciplinas de Fundamentos da Educação para o curso de Magistério, e alfabetizadores de jovens e adultos.

As habilitações de Administrador Escolar, Supervisor Escolar e Orientador Educacional, ou seja, a formação do técnico em Educação, a partir de 1994, passaram a ser disciplinas para a formação do Coordenador Pedagógico. Embora tenham ocorrido algumas reformulações no projeto do curso, não houve muitas mudanças na estrutura das disciplinas. Percebemos que algumas disciplinas mudaram de nome, foram acrescentadas de conteúdos e outras disciplinas são adotadas com o objetivo de adequar esse curso às necessidades da educação local.

Na terceira questão, *Há quanto tempo atua na educação não formal?* Estão nesse tipo de atividade: um pedagogo com três meses, dois com oito meses, um com um ano, dois com três anos e três com oito anos de atividade fora da escola. Sendo que uma entrevista atua fora da instituição escolar desde o tempo de estudante e uma outra está atuando fora da instituição escolar desde que terminou o curso.

Quanto a quarta pergunta, *Quais os tipos de atividades você está desenvolvendo nesse campo profissional? Dentre os nove entrevistados, dois estão atuando com planejamento mais voltado para a educação formal e o restante desenvolve atividades que envolvem o planejamento educacional, porém fora da escola para realidades e com objetivos diferentes.*

Nessa situação, os sujeitos da pesquisa elaboram planejamento educacional para educar o cidadão, planejamento e formação de gestores para continuidade de projetos de educação e preservação do meio ambiente; planejamento para capacitação de instrutores de educação de jovens e adultos; planejamento educacional para o programa de capacitação de alfabetizadores da Pastoral e planejamento educacional para meninos e meninas de rua, bem como formação desses profissionais para trabalharem com essas crianças.

A quinta pergunta *No desenvolvimento das atividades sentiu alguma dificuldade?* O objetivo era saber das dificuldades enfrentadas por nossos entrevistados. Pelas respostas que obtivemos percebemos que, em proporção diferente, todos sentiram alguma dificuldade para desenvolver as atividades que envolvem o seu campo de trabalho.

Em algumas falas, as dificuldades tiveram peculiaridades que merecem destaque. Para quatro entrevistados, a dificuldade estava quando o planejamento exige orçamento; para outros dois, a dificuldade maior era

quando o planejamento tinha como objetivo a comunicação através da propaganda veiculada na mídia.

Quanto ao planejamento para a educação ambiental e formação de gestores ou multiplicadores de programas dessa área, a dificuldade estava em desenvolver, com um mesmo tema, planejamentos para realidades, linguagens e objetivos diferentes. Para aqueles que desenvolvem atividade de planejamento educacional do cidadão, a dificuldade maior era adequar o texto à linguagem utilizada na mídia.

E para aqueles que desenvolvem atividades de planejamento para a capacitação de instrutores em educação de jovens e adultos, e educadores de meninos e meninas de rua, a dificuldade encontrada era quanto aos objetivos, métodos e estratégias de trabalho para faixa etária e realidade social diferentes.

Numa das entrevistas, a pedagoga coloca que o tipo de planejamento abordado “na graduação só se referia ao processo educacional na escola, numa realidade bastante previsível”. E ainda, que “no processo de planejamento são mais vistos os problemas, mas não são discutidas as possíveis soluções” (sic). Ela complementa sua fala com a expressão: “na faculdade se aprende a fazer críticas, mas não se instiga o pensar sobre e a buscar soluções”.

Nas palavras de outra pedagoga “o universo do planejamento direcionado para a área social não é visto na graduação, o aluno para o qual

o planejamento é aprendido, corresponde a um ideal e que esse não se encontra na realidade. Há uma lacuna entre o mundo real e o trabalhado na Faculdade”(sic).

Um outro aspecto abordado quanto ao planejamento, foi a questão da dicotomia entre teoria e prática. Essa questão foi mencionada por aqueles pedagogos que trabalham com capacitação de instrutores e gestores de programas educacionais, como é o caso dos pedagogos que trabalham com educação de jovens e adultos, trabalhadores e gestores dos programas de educação ambiental. Para eles, o planejamento praticado na graduação não aborda o aspecto de treinamento e capacitação de professores e instrutores.

Um outro ponto claro nas palavras de quatro entrevistados, mesmo para aquela que freqüentou a disciplina de Recursos Humanos e dois que possuem habilitação em Administração Escolar, a dificuldade encontrada foi quando o projeto envolve custos. Segundo as palavras de dois entrevistados, essa foi uma grande lacuna sentida na formação, e ainda colocam “principalmente quando hoje a escola recebe verbas de acordo com os projetos apresentados”.

De acordo com as colocações, para a maioria dos entrevistados, o conhecimento adquirido na graduação não possibilitou segurança para desenvolverem o trabalho com outra realidade que não fosse a escolar, uma vez que os temas abordados visam mais à formação do pedagogo para atuar na escola. E mesmo assim, devido à diversidade de problemas sociais

e de aprendizagem nas escolas, os entrevistados encontram dificuldades, pois trabalhá-los na prática é muito diferente. É como coloca uma entrevistada “o conteúdo do curso aborda um processo de ensino-aprendizagem desfocado da realidade das escolas”.

No processo de graduação, o conteúdo sobre planejamento está mais direcionado para o planejamento escolar e de sala de aula, porém, fora dessa situação o planejamento toma perspectivas diferentes. É preciso lembrar que esse profissional vai desenvolver atividades de planejamento e acompanhar atividades educativas para as diversas realidades, e que para isso é necessário que ele tenha um conhecimento mais profundo sobre o processo educativo.

Continuando a sexta questão *O conhecimento e experiências adquiridos na graduação, deram suporte para a superação dessas dificuldades?* Dentre os entrevistados, sete deixaram claro que durante a prática ficou evidente a carência de mais conhecimentos, isto é, que a teoria não foi o suficiente para ampará-los nas diversas atividades não-formais para as quais o pedagogo está sendo requisitado atualmente. O que os levou a buscar, através de leituras e pesquisas, conhecimentos que lhes proporcionassem certa segurança para atuarem com maior desenvoltura.

Apenas dois dos entrevistados colocaram que em algumas disciplinas “certos conteúdos favoreceram entender o mecanismo desse trabalho e atuar como pedagogo fora da escola”. Esses entrevistados trabalham com planejamento de processo de ensino-aprendizagem sistemático e as

disciplinas que lhes deram suporte foram: planejamento, as teorias da aprendizagem e avaliação. Esse aspecto foi confirmado por outra pedagoga ao colocar que no quesito planejamento, “é claro que o referencial teórico sobre o processo ensino-aprendizagem colaborou para desenvolver esse tipo de trabalho”. Essa pedagoga trabalha com formadores de Educação de Jovens e Adultos.

A sétima questão *O que faltou na grade curricular do seu curso que hoje você percebe?* tem como objetivo obter melhores esclarecimentos sobre a formação dos sujeitos da entrevista.

Foi colocado por uma pedagoga que “faltou um fechamento entre as teorias. As teorias foram vistas de forma solta, sem uma relação umas com as outras”. Procuro fazê-la explicar essa questão, e como resposta obtenho que:

a parte teórica e científica do conteúdo foram explorados pelos professores, mas não houve uma preocupação de se fazer uma relação com as outras disciplinas, com os outros conteúdos. Cada conteúdo existe em si mesmo sem uma relação com os outros.

Através dessa colocação podemos perceber que faltou a relação entre os conteúdos das disciplinas. O ideal seria que eles se entrelaçassem, se relacionassem, se completassem e se explicassem, pois todos são relacionados à totalidade do fenômeno educativo.

Um outro aspecto abordado e que diz respeito também à grade curricular é a questão do estágio. Dois entrevistados sugeriram que ele

deveria acontecer desde o início da graduação em realidades diferentes, em escolas públicas e privadas e fora da escola.

Também foi abordado que a graduação deveria ter possibilitado estágio fora de instituição escolar para eles conhecerem o trabalho desenvolvido fora do contexto formal como “uma orientação para o trabalho nas possíveis áreas de atuação do pedagogo, principalmente em estágios e esses serem desde o início do curso”.

Na oitava, *Como você foi recebido nesse campo em que trabalha?* procuramos saber da receptividade do campo de trabalho com relação ao profissional. Foi comentado que a recepção desses profissionais no local de trabalho, em alguns casos não foi fácil e muitas vezes desconhecida a sua possibilidade de participação. Essas colocações foram feitas por três pedagogos que trabalham em órgãos públicos, e isso ficou claro na fala: “estamos aqui para obter verbas”.

A impressão que nos passaram é que seu trabalho não é reconhecido e tampouco o seu valor profissional. Como coloca uma pedagoga: “Principalmente quando a empresa é pública, o pedagogo é pura figuração e só serve como garantia de repasse de verbas”. Sabemos que esse campo de atuação do pedagogo ainda é desconhecido e por isso suas atividades não têm significado naquele contexto.

Para melhor esclarecimento dos aspectos abordados na questão anterior elaboramos a nona questão. *Como é visto o seu trabalho?*

Na percepção desses sujeitos da pesquisa, num momento eles sentem que são usados para validar a justificativa de que o setor desenvolve ações educativas e por isso podem receber as verbas. Apesar disso, ainda existe uma cobrança principalmente em relação aos assuntos educacionais, como colocam dois pedagogos que atuam no setor público:

Muitas vezes sentimos que estamos aqui apenas para favorecer o recebimento de verbas. É uma luta para nos posicionar no quadro de profissionais do setor. Sentimo-nos cobrados, uma vez que tudo o que se refere ao campo educacional é do pedagogo e temos que responder.

O que percebemos com essa colocação é que o trabalho do pedagogo fora da instituição escolar ainda não é conhecido e nem compreendido pela sociedade e mercado de trabalho quanto a sua complexidade e abrangência. As Diretrizes para o curso de Pedagogia vem corroborar com essa situação quando deixa claro que a formação do Pedagogo é para a docência e todo o conteúdo trabalhado é para a educação formal.

Quando aplicamos a décima questão *Como você se sentiu quando chegou para desenvolver essa atividade?* tínhamos o objetivo de obter informações acerca da sua recepção no campo de trabalho. Uma pedagoga é mais clara e expõe que sentiu ser “vista como a pedra que faltava para os programas caminharem” e que perante aos outros setores do órgão “fui vista como uma peça sem importância”. Para essa pedagoga, sua aceitação perante os setores do órgão para o qual trabalha, só ocorreu após suas

colocações e críticas feitas nas discussões com os responsáveis por esses setores. A partir daí “o olhar já foi outro, precisei mostrar capacidade para ser respeitada”.

Isso que foi colocado por essa pedagoga nos faz perceber o quanto os profissionais da educação são desvalorizados, a todo o momento estão sujeitos a cobranças e os pedagogos para se estabelecerem nesse campo educacional não-formal é um desafio constante. É sempre exigido um desempenho eficaz, mas, esquecem da complexidade e abrangência de sua atuação, a qual depende de vários fatores, dentre eles podemos citar: a maturidade, a faixa etária, a questão social e cognitiva, entre outros, dos sujeitos da aprendizagem.

As colocações feitas pelos entrevistados indicam um desconhecimento dos outros profissionais quanto às áreas de atuação do pedagogo. Como diz uma pedagoga que atua na área social, “não compreendem qual o papel do pedagogo e quando estou desenvolvendo atividades sempre estou esbarrando na área do outro profissional. O papel do pedagogo fora da escola ainda não foi bem definido”.

Na realidade dessa entrevistada, quando ela busca entender a razão dos problemas que uma criança causa na sala de aula, sua atividade esbarra na “área” do psicólogo e na “área” do assistente social. Para explicar esse caso a pedagoga relata sua experiência como orientadora.

uma criança em sala de aula tinha comportamentos de agressividade, desinteresse e inquietação, a qual perturbava a concentração dos outros colegas. Para realizar minha intervenção era necessário saber as causas que levavam a esse comportamento. Fui em busca dessa informação com a psicóloga e obtive como resposta que a ética não lhe permitia falar, e quando pretendi visitar a família para fazer um diagnóstico desse comportamento, a assistente social disse que essa área era dela.

É necessário esclarecer que a realidade que essa pedagoga atua é com crianças em situação de risco, daí que em determinados momentos é necessário esse profissional ter mais conhecimento sobre as possíveis causas do problema para intervir, objetivando a aprendizagem do aluno.

Na última questão *Como você considera esse espaço que está surgindo para o pedagogo?* quisemos saber como o pedagogo vê esse outro campo que se abre para sua atuação. Na opinião de todos os entrevistados, esses campos são uma boa oportunidade de trabalho, melhor e mais instigante que o desenvolvido nas escolas e sala-de-aula. Para alguns pedagogos, principalmente para aqueles que desenvolvem suas atividades em órgãos públicos, as questões políticas e os entraves causados pela dependência de pessoas e setores, causam frustrações. Isso pode ser constatado em depoimentos, que afirmam: “investimos em pesquisa e planejamento, mas não é aprovado por falta de verbas ou por não acharem necessários”.(sic).

É interessante ressaltar que os pedagogos entrevistados têm consciência das lacunas que ocorreram na sua formação, o que lhes impede de atuar com mais segurança fora da instituição escolar, bem como das

dificuldades que se lhes apresentam no momento da inserção no mercado de trabalho.

3.4 Razões das instituições para contratar pedagogos

Durante o desenvolvimento das entrevistas, sentimos a necessidade de ouvir os representantes das instituições sobre a importância do pedagogo em seu quadro de técnicos. Tivemos dificuldades em fazer contato com os responsáveis, dentre as sete instituições que procuramos, uma vez que dois pedagogos atuam na mesma instituição, apenas cinco se prontificaram em responder a questão *O que levou a instituição a contratar o pedagogo?*

Na instituição que mantém um programa de assistência social tivemos como resposta que “não há pedagogo trabalhando nos nossos programas”. De acordo com o que foi colocado, quem responde pelo planejamento e execuções de programas educacionais e de lazer, são os profissionais das áreas específicas. De certa forma já prevíamos a resposta, uma vez que a pedagoga entrevistada que trabalha na escolinha dessa instituição já tinha dado, em seu depoimento, uma indicação. Daí, não ter sido grande a surpresa.

Entretanto, encontramos certa surpresa por parte do coordenador, quando mostramos que a pedagoga poderia trabalhar nessa equipe e que a mesma deveria ser multidisciplinar. O que pudemos perceber é que existe

certo desconhecimento do trabalho do pedagogo fora da escola, como constatamos pela colocação do entrevistado.

Nas duas Instituições Públicas procuramos os responsáveis pelo setor em que está inserido o pedagogo. Recebemos como resposta que os setores foram criados por se reconhecer a necessidade e a importância da criação de um departamento que desenvolvesse campanhas educativas, como coloca um diretor: “daí a necessidade de se contratar um pedagogo”. Inclusive, em um desses setores, o treinamento recebido pelos pedagogos, foi apenas para apresentar os seus objetivos e os tipos de campanhas a serem desenvolvidas.

Em apenas um órgão ficou evidenciado um conhecimento sobre o papel do pedagogo e até certa preocupação com o aspecto educacional. Na colocação do responsável por esse setor, “o pedagogo daria um direcionamento mais educativo como o setor necessita”.

Através das colocações ficou a impressão de que os pedagogos só foram contratados para dar aos setores e às campanhas, por eles desenvolvidas, um cunho educativo. Percebemos também que tanto os coordenadores quanto a direção não têm conhecimento do que os pedagogos podem fazer em seus setores.

Nas instituições que trabalham com formação profissional, o pedagogo se encontra nos Recursos Humanos, a sua função é a

contratação de instrutores e encaminhamento de estagiários. As atividades desenvolvidas por esse profissional são de análise do currículo para o recrutamento e elaboração de programas de treinamento de acordo com as necessidades. Porém, nessa instituição não obtivemos a razão da contratação, apenas descreveram as atividades a serem desenvolvidas por ele.

Na cooperativa, não obtivemos resposta para a questão, apenas fizeram um relato de que o trabalho desenvolvido pelo pedagogo é de pesquisa junto aos cooperados e funcionários, das necessidades e interesses dos mesmos quanto aos cursos de aperfeiçoamento, capacitação e atualização. Cabe ainda a esse profissional, encontrar instrutores e/ou instituições de ensino para fazer parcerias, elaborar um cronograma e trabalhar em busca de interessados.

Fazendo uma reflexão sobre essas colocações, percebemos que ainda se entende que a formação e a atuação do pedagogo estão restritas ao âmbito escolar. Embora tenham essas instituições no seu quadro de funcionários o pedagogo, demonstram desconhecimento sobre a diversidade de atribuições que por ele podem ser desenvolvidas.

3.5 Algumas constatações

Nas atividades desenvolvidas pelo pedagogo, seja na instituição escolar ou na educação não-formal, o enfoque é educacional. Entretanto, essas atividades são para diferentes situações, com abrangência bem maior

e com peculiaridades distintas, uma vez que suas abordagens enfocam ações educativas para realidades e público diferentes.

Através da história da humanidade, podemos dizer que para o homem o ato de planejar sempre foi uma coisa natural e cotidiana na sua vida. De acordo com Menegolla; Sant'Anna, (1999, p.15)

“é um reflexo do seu pensar sobre o presente, passado e futuro. O homem pensa sobre o que fez; o que deixou de fazer; sobre o que está fazendo e o que pretende fazer. [...] O ato de pensar não deixa de ser um verdadeiro ato de planejar.”

Nessa perspectiva, o ato de planejar é uma exigência na vida do ser humano e a ação educativa é um processo que está presente em todo o momento e segmento da sociedade e da vida humana. Então, seja na educação formal e não-formal, ambas necessitam de um pensar como, num planejamento. Por isso, que no desenrolar das entrevistas podemos perceber que em todas as atividades educativas desenvolvidas pelos pedagogos, vamos encontrar o planejamento.

Em se tratando de planejamento, os entrevistados colocaram que a realidade para a qual estavam direcionando a ação de planejamento e sua execução, era bastante diversificada e desconhecida a sua abrangência sócio-política e econômica. Principalmente quando o trabalho está relacionado com a formação da cidadania bem como de sua veiculação pela mídia. Um exemplo disso é o trabalho nas empresas, como coloca uma entrevistada:

Na verdade, não fiz muita coisa, quando era para fazer treinamento, a solicitação vinha dos setores, a gente apenas coordenava a ação, e os resultados cabiam ao setor de origem dos funcionários. Não tínhamos como ter o *feedback*.

O que podemos perceber é que nessa instituição o diagnóstico e o controle total do processo de treinamento nem sempre é repassado aos pedagogos ou ao setor de Recursos Humanos. Nos projetos de formação para a cidadania, saúde preventiva e outros, também existem dificuldades quanto ao controle e avaliação, uma vez que a realidade sócio-cultural e econômica da comunidade a ser atingida é bem heterogênea.

No desenvolver das entrevistas foi comentada a necessidade da relação teoria e prática e que essa relação se fizesse desde o início do curso. As duas pedagogas sugeriram que o estágio fosse desenvolvido não apenas na escola, mas nas possíveis áreas de atuação do pedagogo. No caso dos estágios nas escolas, que estes abrangessem realidades sociais e econômicas diferentes, ou seja, que eles fossem realizados em escolas públicas e privadas de diferentes bairros, pois isso também proporcionaria a eles maior experiência.

Nas Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, no Art. 8º Inciso IV, o estágio será realizado ao longo do curso em ambientes escolares e não-escolares. Nesse artigo as atividades de estágio adequáveis para ambiente não-escolar são: gestão de processos educativos, planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividade e projetos educativos (alínea e).

Um ponto abordado durante a entrevista com uma pedagoga foi a questão da fragmentação entre os conteúdos da graduação. Sabemos que o ideal é que os conteúdos se entrelacem, se relacionem, se completem, se expliquem e se justifiquem numa inter-relação, mesmo porque, estudar o fenômeno educativo requer uma compreensão entre as suas partes num processo interdisciplinar.

As Diretrizes colocam no seu Art 3º que o aluno trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos e devem estar fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Porém ela não deixa muito claro como e quando esses aspectos serão desenvolvidos.

Temos consciência de que na sociedade atual, os fatos já não são estudados de forma fragmentada e nos diversos campos de pesquisas já existe a preocupação de entrelaçarem os conhecimentos científicos para explicar os fenômenos. É a necessidade de se buscar a realidade na sua totalidade, é a visão holística das ciências, dos fenômenos, do ser humano e do mundo. Nessa perspectiva, para entendermos as ciências que fazem parte do estudo sobre o fenômeno educativo é necessário fazermos o entrelaçamento delas, aplicando a interdisciplinaridade.

Um outro aspecto importante e que foi abordado durante a entrevista é a questão do espaço para pedagogo na educação não-formal. Segundo a colocação de uma entrevistada a área de atuação do pedagogo está sempre “ocupada” por profissionais de áreas específicas. Acreditamos que isso tenha como possível causa, o fato de não haver uma formação do pedagogo para atuar em educação não-formal.

Por não haver uma capacitação para esse fim, o campo de atividade na educação não-formal para o pedagogo é desconhecido por ele mesmo e pelo mercado de trabalho. Isso ficou evidenciado quando numa instituição que desenvolve atividades sociais e que possui programas educacionais, o responsável por esse setor afirma que nessa situação a figura do pedagogo não tem sentido, uma vez que os programas são planejados e executados por profissionais das áreas específicas do programa como: assistente social, dentista, profissionais de Educação Física e outros. O que podemos entender e considerar é que ainda falta a caracterização do espaço para o pedagogo além da instituição escolar.

Nas colocações dos pedagogos entrevistados há um consenso de que a formação não lhes deu condições para atuarem nos segmentos que estão surgindo no mercado de trabalho. Todos estão cientes de que o contexto da sociedade atual necessita de profissionais como o pedagogo e consideram esse espaço adequado e importante para eles.

Através das entrevistas foi observado o fato de apenas dois entrevistados colocarem que faltou conhecimento na graduação sobre o

campo de trabalho de seus egressos. Por essas colocações, acreditamos que isso se deve ao fato de os conteúdos e práticas estarem direcionados para a atuação do pedagogo dentro da escola.

Mas acreditamos que a falta de informação sobre esse campo na graduação, pode estar contribuindo para a limitação de espaço no mercado de trabalho fora da escola para o pedagogo. Pensamos que se não existe essa abordagem na formação desses profissionais, tanto nos conteúdos quanto no estágio de observação, fica difícil para os egressos reconhecerem esse espaço de atuação e o mercado de trabalho perceber a sua importância.

Foi interessante observar o entusiasmo e a paixão com que se colocaram os entrevistados. Quando questionados, foram unânimes em atribuírem esse entusiasmo ao desafio que são as atividades que desenvolvem, principalmente, por serem enriquecedoras no sentido de estarem sempre precisando inovar, fazer pesquisas e de obter novos conhecimentos para realizarem atividades diferentes e em contextos diferentes.

Não podemos esquecer que nesse tipo de atividade o pedagogo necessita estar refletindo constantemente sobre seu trabalho, buscando estar sempre atualizado porque isso faz a diferença e proporciona sua empregabilidade. Para atuar nesse novo contexto de sociedade, não basta ser formado em Pedagogia, é necessário buscar outros conhecimentos que dêem condições de desenvolver seu trabalho em qualquer instância da

sociedade. Isso se faz necessário pelo fato de que a base curricular e a formação estão voltadas para a formação docente e para o trabalho do pedagogo em instituição escolar.

As Diretrizes Curriculares desse curso não definem bem a capacitação do pedagogo para atuar no contexto não-formal, nem na graduação ou na pós-graduação. O perfil dos egressos desse curso, traçado por essas Diretrizes, deixa claro que o pedagogo é um licenciado e que a docência é a base do curso. Fazendo uma análise das Diretrizes e mediante as colocações dos entrevistados quanto à insegurança em atuar fora da instituição escolar, podemos observar que ela não muda muito esse quadro. Como já foi dito anteriormente, a desproporção entre a quantidade de conhecimentos ofertados e o tempo de duração do curso vai prejudicar a formação, pois a aquisição de conteúdos poderá ser generalista e superficial.

Ao observarmos o que está proposto pelas Diretrizes, não restam dúvidas de que houve algumas vitórias principalmente quanto à definição de curso e quanto à formação. Entretanto, ainda é preocupante o rumo que poderão dar a esse curso e à formação do pedagogo, uma vez que na história da educação no Brasil o que não faltam são decisões legais que abortam propostas e intenções de se fazer uma educação e formação de educadores de qualidade.

Ainda com relação às Diretrizes, não discordamos delas quando se preocupam com a formação docente, pois acreditamos que para compreender o fenômeno educativo e atuar no processo de ensino-aprendizagem, em qualquer nível educacional, é necessário ter uma boa formação teórica e experiência em docência, pois julgamos que são esses fatores que proporcionarão uma visão do todo necessário para a ação educativa, mas discordamos quando ela determina que a docência é a base do curso de Pedagogia.

Mediante o que já foi exposto, resta-nos uma certeza de que para a formação do pedagogo se faz necessário um curso que trabalhe as concepções pedagógicas do fenômeno educativo como ciência da educação, a partir da compreensão de que o processo ensino-aprendizagem não se dá apenas na educação formal e na instituição escola. Daí reforçarmos a nossa convicção em considerarmos a graduação como o espaço de excelência para a aquisição, produção, reflexão e pesquisa das diversas áreas do conhecimento, principalmente, tratando a Pedagogia como uma ciência, como coloca Libâneo (PIMENTA, 2001, p.116).

[...] Pedagogia é uma área de conhecimento que investiga a realidade educativa, no geral e no particular. Mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, ela busca a explicação de objetivos e formas de intervenção metodológica e organizativa em instâncias da atividade educativa implicadas no processo de transmissão/apropriação ativa de saberes e modos de ação.

Acreditamos que seja necessário pensar num curso que forme o educador, pois com a evolução da sociedade o fenômeno educativo tornou-

se mais complexo e diversificado quanto aos espaços e ao processo ensino-aprendizagem. É necessário pensarmos numa formação que aproprie o profissional de educação com um corpo de conhecimentos que sirvam como diretriz teórico-científica da Pedagogia enquanto “Teoria e ciência da educação e do ensino; conjunto de doutrinas, princípios e métodos de educação e instrução que tendem a um objetivo prático”.(dic. Aurélio Séc XXI)

Nessa perspectiva, acreditamos que o conjunto de disciplinas trabalhadas durante o curso deva conter fundamentos teóricos que possibilitem, ao pedagogo, condições de entender e desenvolver uma prática pedagógica também na educação não-formal. Dessa forma é importante proporcionar ao aluno um corpo de disciplinas com núcleos de estudos que valorizem a pesquisa e os princípios da interdisciplinaridade; que possibilitem o acesso a apropriação e instrumentalização de conhecimentos e saberes, oferecendo condições teórico-metodológicas específicas que assegurem o domínio de gestão dos processos educativos, formal e não-formal.

Ampliando essa linha de pensamento sobre a formação do pedagogo como educador, podemos ainda colocar que é necessário o curso contemplar disciplinas de fundamentação teórico-científica sobre as questões educacionais no aspecto histórico, filosófico, social, psicológico etc., conteúdos que compreendem as disciplinas didático-pedagógica, ou

seja, a teoria e prática do ensino-aprendizagem que fazem parte da atuação do pedagogo.

Conceber o curso de Pedagogia como um curso prático da ação docente é restringir o fenômeno educativo ao espaço de sala de aula, à educação formal. A Pedagogia não se esgota na formação docente, o seu estudo vai além da prática docente e para compreendê-la é necessário que se estude e analise com profundidade teórica e abrangência o fenômeno educativo.

Mas as Diretrizes estão aí, já foi definida a formação do pedagogo e não podemos mais fugir dessa realidade. Segundo ela, a formação do pedagogo é formação docente para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Apesar disso é possível corrigir alguns equívocos, no momento em que a graduação ofereça uma base teórico-científica para continuidade numa pós-graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças produzidas pela globalização causaram um grande impacto ao sistema educacional e na formação de seus profissionais. A sociedade atual exige do sujeito trabalhador um conhecimento e este está associado a sua capacidade em processar e selecionar informações, em desenvolver habilidades cognitivas, ter iniciativa, criatividade e competência social. São esses paradigmas que garantirão empregabilidade ao sujeito, os quais podem ser adquiridos num processo de qualificação e requalificação, fora da instituição escolar.

Não é apenas na empresa que tem havido necessidade da intervenção de um educador. Como já foi colocado no segundo capítulo desse trabalho, o processo de ensino-aprendizagem se dá em todo o contexto da sociedade. Mas, para que esse processo seja adequado e coerente às necessidades educacionais do contexto, é necessário um planejamento, uma organização e o controle da ação educativa. Para isso é necessário que haja uma boa formação profissional do pedagogo.

E aí está a razão da discussão desse trabalho, descobrir, compreender e esclarecer, através da legislação, a trajetória do curso de Pedagogia, bem como identificar a relação existente entre as propostas de formação desse profissional e as exigências postas pela prática educativa não-formal. Está claro que existe um espaço para a atuação desse profissional fora da instituição escolar, mas é necessário aprimorar a

formação desse sujeito. O campo da ação educativa não-formal é muito vasto e para atuar nele é necessário que o pedagogo tenha competência para planejar, tomar decisões sobre o processo de ensino-aprendizagem e, principalmente, estar capacitado para desenvolver atividades educativas em realidades as mais diversificadas.

Através da trajetória histórica do curso de Pedagogia, foi possível perceber que ele foi criado para formar o bacharel, também conhecido como técnico em educação, cujo objetivo era atuar no sistema escolar. Mas no conjunto de disciplinas estabelecidas a ênfase era para a formação do professor do curso Normal, embora como uma complementação ao curso de bacharelado em Pedagogia.

Também é possível entender que as mudanças ocorridas via legislações representaram um tentativa de adequar o curso de Pedagogia às necessidades educacionais do país e aos seus paradigmas em cada época. Mas, essas modificações foram ao longo do tempo configurando-o como um curso para a formação docente, principalmente para a educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.

Essas mudanças tinham igualmente o objetivo de proporcionar ao aluno um conhecimento que lhes dessem condições de atuar em qualquer área da educação. Nesse aspecto, o currículo desse curso foi perdendo disciplinas e conteúdos para dar lugar a outros conhecimentos, na tentativa de adequar a formação de seus profissionais às necessidades educacionais vigentes na sociedade. Esse processo prejudicou a formação inicial dos

pedagogos e conseqüentemente sua atuação, uma vez que seu currículo tornou-se generalista e superficial. Além de diminuir a eficiência de sua atuação dentro da escola inviabilizou a possibilidade de desenvolver um trabalho fora dela.

Nessas mudanças, em momento algum, percebe-se a preocupação na formação do pedagogo para atuar na educação não-formal. E na nossa concepção não será possível acontecer essa formação de acordo com as colocações das atuais Diretrizes. Primeiramente, por ela considerar a formação e atuação do pedagogo apenas como um docente de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, depois por que a ênfase está na formação teórica e prática para ele desenvolver um trabalho de gestão do processo de ensino-aprendizagem em educação formal; e ainda, a quantidade de conteúdos para a formação e o tempo destinado para ela.

Para as Diretrizes, o objetivo do curso de Pedagogia é a formação docente, a identidade dele é professor de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Deixa claro que a formação técnica ou do especialista será realizada em pós-graduação, mas ainda é preocupante a formação desse profissional, principalmente quando descaracteriza o curso como campo de investigação do processo de ensino-aprendizagem. A concepção que nos passam essas Diretrizes é que o curso será mais metodológico que teórico.

Reforçamos, em diversos momentos desse trabalho, que a base da formação de qualquer profissional deve ser proporcionada na graduação. É

a formação inicial que deve conter a base teórica, científica e metodológica essencial para a formação de seu profissional. No caso da formação do pedagogo que irá atuar no contexto educacional não-formal, a pós-graduação é apenas um aprofundamento, uma especialização em uma área de conhecimento. Daí não concebermos que esse curso não ofereça uma base teórica e prática (observação pelo menos) para esse profissional.

O curso de Pedagogia é sem dúvida o *locus* ideal para a formação do educador, e acreditamos que não é apenas fazendo essas mudanças de currículo, acrescentando conteúdos, habilitações e competências a essa formação que vamos encerrar as discussões sobre o curso e a formação dos seus egressos.

Quando questionamos se a organização curricular do curso de Pedagogia deu suporte a uma prática fora da instituição escolar, percebemos que em nenhum momento de sua trajetória isso foi colocado. As atuais Diretrizes, embora mencionem que está capacitando o pedagogo para atividades educacionais não-escolares, vincula essa atividade à educação sistemática.

Na atualidade carecemos de um curso de Pedagogia que prepare seus profissionais para atuarem nos mais diversos contextos educacionais. É preocupante que ainda encontremos uma legislação e instituições de ensino que preparam profissionais basicamente para trabalhar nos contextos escolares, quando já temos profissionais engajados no mercado não-formal. Como já foi colocado no corpo desse trabalho de pesquisa, as práticas

educativas ocorrem em muitos lugares e em instâncias formais, não-formais e informais. Por isso não é mais possível considerar o trabalho do pedagogo reduzido à instituição escolar.

Ao indagarmos como é visto e considerado o trabalho do pedagogo nas instituições em atividades educativas não-formais, percebemos que tanto nas entidades públicas quanto nas privadas, não há uma cultura que favoreça a inserção do pedagogo nesse mercado de trabalho. O mercado não-escolar ainda não percebe o trabalho do pedagogo como importante e integrante do seu processo de organização. Nessa perspectiva, podemos dizer que a solução da falta de espaço para o pedagogo no mercado de trabalho extra-escolar, demanda tempo e uma maior integração das instituições formadoras ao mercado de trabalho à sociedade.

Mediante a pertinência da temática desse trabalho, também é importante sabermos como se sente esse profissional quando chega à instituição não-escolar para desenvolver seu trabalho. Nos depoimentos dos entrevistados, sentimos que a atuação e superação profissional foram estressantes, foi necessária uma constante busca de conhecimentos e uma luta para se posicionar como profissional capaz de desenvolver as atividades que lhe são destinadas.

Também foi percebido pelos entrevistados que a sua atuação em determinadas áreas entra em conflito com a dos outros profissionais, principalmente por não ser ainda conhecida a possibilidade de atuação escolar. Acreditamos que a causa disso seja a ausência de uma formação e

informação desse outro viés para a atuação desse profissional, ou seja, as áreas fora do contexto escolar.

Nesse trabalho, também indagamos quais são as necessidades do mercado de trabalho local para absorver o pedagogo. Pelas respostas obtidas percebemos claramente que faltam conhecimento e informação das reais possibilidades de atuação para o pedagogo em contextos não-formais. Mesmo nas Instituições pesquisadas, na sua maioria, são desconhecidas suas possibilidades de trabalho e suas habilidades são pouco aproveitadas.

A realidade é que na área de educação todo profissional pode atuar, para isso basta ter o conhecimento específico sobre o conteúdo principal. No entanto, nos processos de planejamento podemos perceber que a parte pedagógica está aquém do adequado para uma ação educativa. Na perspectiva de uma equipe multidisciplinar, a presença do pedagogo enriqueceria essa parte pedagógica e contribuiria para um processo ensino-aprendizagem de forma mais eficaz.

Finalmente, dentre os pontos destacados no decorrer deste trabalho, ficou claro que existe na sociedade um campo na educação não-formal para a ação do pedagogo. Para isso ele necessita de uma base de conhecimento científico e teórico na formação inicial e a específica em cursos de pós-graduação. Nesse aspecto, entendemos por específica a formação que aborda conteúdos que possibilitem ao pedagogo atuar com segurança e coerência em contextos de educação não-formal.

E por fim, percebemos a importância de a formação inicial desenvolver uma relação teoria e prática de forma interdisciplinar, de maneira que possibilite aos seus egressos observarem, através de estágios, as diversas realidades, tanto de escolas quanto fora do contexto formal, para atuarem nesses diversos campos de trabalho de forma mais adequada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JUNIOR, João Barista de. **O estudo como forma de pesquisa.** In: CARVALHO, M.C.Maringoni de. *Construindo o saber: Metodologia Científica Fundamentos e Técnicas*. 2ª ed. Campinas, S P: Papyrus, 1989.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho. **Diretrizes para a formação de professores: uma releitura.** In: ALMEIDA e PLACCO (orgs.). *As relações interpessoais na formação de professores*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 5** de 13/12/2005.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 15/ 05/2006.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia e pedagogos e formação de professores: busca e movimento.** Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOMFIM, David. **Pedagogia no Treinamento: correntes pedagógicas no treinamento empresarial.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** Tradução de Álvaro Lorencici. São Paulo: E. UNESP, 1999.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?** 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____ **Formação do Magistério: novo sistema.** São Paulo: Atlas, 1976.

COELHO, Ildeu M. **O curso de Pedagogia: a busca da identidade.** In: *Formação do educador: a busca da identidade do curso de pedagogia.* Brasília: INEP, 1987.

CURY, Carlos R. J.; HORTA, José S. B.; BRITO, Vera L. A. (orgs.). **Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional de Educação.** São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

DAL RI, Neusa M^a.; MARRACH, Sonia A.. **Desafios da Educação do Fim do Século.** Marília: Unesp – Marília – Publicações, 2000.

DAVEL, Eduardo; VASCONCELOS, João (orgs.). **Recursos Humanos e subjetividade.** 3^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DELORS, Jacques (org). **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez, 1999.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora.** São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista.** São Paulo: Pioneira; São Paulo: Publifolha, 1999.

FÁVERO, Osmar (org.). **A Educação nas Constituintes brasileiras.** 2^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

CHAVES, Iduina M.; SILVA, Waldeck C. (orgs.). **Formação de Professor: narrando, refletindo, intervindo.** Rio de Janeiro: Quartet Niterói Intertexto, 1999.

FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2000.

GATTI, Bernadete Angelino. **Formação de Professores e Carreira: problemas e movimentos de formação.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

GIRALDELLI JR, Paulo. Historia da Educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KULLOK, Maísa G. B.. **Formação do Professor: do nível médio ao nível superior.** Maceió: Catavento, 1999.

_____ **As exigências da Formação do Professor na atualidade.** Maceió: EDUFAL, 2000.

LIBÂNEO, José C.. **Adeus Professor, Adeus Professora? novas exigências educacionais e profissão docente.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ **Pedagogia e pedagogos, para quê?.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARQUES, Mário O.. **A formação do profissional da educação.** 3ª ed. Ijuí: Ijuí, 2000.

MAZZILLI, Sueli. A pedagogia além do discurso. 3ª ed. revista e ampliada. Piracicaba: Unimep, 1995.

MENEHOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza M. **Por que Planejar? Como Planejar? Currículo-Área-Aula.** 8ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.

NUNES SOBRINHO, Francisco de P.; NASSARALLA, Iara. (orgs.). **Pedagogia Institucional: fatores humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: ZIT editores, 2004.

NETO, Alexandre Shigunov ; MACIEL, Lizete S. B. (org.). **Reflexões sobre a formação de Professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

OLIVEIRA, Ana Cristina B.. **Qual a sua formação professor?** Campinas, SP: Papyrus, 1994.

PARO, Vitor H.. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

PEREIRA, Júlio E. Diniz. **Formação de professores: pesquisa, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIMENTA, Selma G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____(coord.). **Pedagogia, Ciência da Educação?** 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

_____(org.). **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, E, (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez. 2002.

RAMOS, Marise N. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação**. São Paulo: Cortez, 2001.

RIVERO, Cléa. M^a. GALLO, Sílvio. (orgs.). **A formação de professores na sociedade do conhecimento**. Bauru, SP.: Educ, 2004 (coleção educar).

ROPÉ, Françoise, TANGUY, Lucie (orgs). **Saberes e Competências: o uso de tais noções na escola e na empresa**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SANTOS, Antonio R.. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

SANTOS, Lucíola C. P. **Formação de Professores e Saberes Docentes**. In: SHIGUNOV e MACIEL (orgs). *Reflexões sobre a Formação de Professores*. Campinas, SP: Papirus, 2002. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SAVIANI, Demerval. **A Nova lei de educação : trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados. 1997.

SCHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Â.. **Formação de profissionais da educação no Brasil: O curso de pedagogia em questão**. Educação & Sociedade. Campinas, v. 20 n. 68, dez, 1999.

SHIROMA, Eneida O, MORAES Maria Célia M. de, EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Carmem S. B. da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2ª ed. revista e atualizada. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SILVA JUNIOR, Celestino A. da. **Educadores para o Século XXI: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1992.

TEDESCO, Juan Carlos. **O novo Pacto Educativo**. São Paulo: Ática, 2001.